



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

EDITAL Nº 029/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025 - PROCESSO Nº 068/2025

INTERESSADA: Prefeitura do Município de Itapuí/SP

OBJETO: Registro de Preços para Gêneros Alimentícios Perecíveis.

LOCAL DA REALIZAÇÃO: <http://itapui.ddns.net:8079/comprasedital/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por LOTE

MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado

PREÂMBULO

Maria Clélia Viaro Pichelli, Prefeito Municipal de Itapuí, Estado de São Paulo, torna público para conhecimento dos interessados que será realizado PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo Menor Preço, a ser processado e julgado pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº 01/2025, conforme condições estabelecidas no presente Edital.

Fundamento Legal: **Em conformidade** com o artigo 6º, incisos XLI e XLV, e o artigo 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como suas alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 2875/2023 (disponível em: https://www.itapui.sp.gov.br/portal/leis_decretos/1703/), e demais legislações complementares aplicáveis à matéria.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) do SCPI - Portal de Compras, conforme adesão do Município.

1.1.1. As regras envolvendo o tipo da licitação, regulamentadas pela Instrução Normativa Federal nº 73/2022, serão aplicadas ao certame;

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município de Itapuí, denominado Pregoeiro.

2. DO OBJETO

2.1. O presente pregão tem por objeto o Registro de Preços para Gêneros Alimentícios Perecíveis, de acordo com as especificações e quantidades estimadas constantes do Anexo I.

O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações da licitante vencedora do Pregão.

TÉRMINO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 23/04/2025, às 08:00 horas

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 23/04/2025, às 08:30 horas

LOCAL: LOCAL: <http://itapui.ddns.net:8079/comprasedital/>



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

3. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

3.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública exclusivamente por meio eletrônico, via internet, endereçados exclusivamente ao e-mail: licitacao@itapui.sp.gov.br

3.1.1. As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone (14) 3664-8040. As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão prestadas pela Diretoria de Esporte, telefone (14) 3664-8040.

3.2. Nos termos do Art. 164 da Lei 14.133/21, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

3.2.1. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro.

3.2.2. Caso a licitante estiver impossibilitada de efetuar pessoalmente o protocolo no Setor Oficial de Protocolos da Prefeitura poderá encaminhar via Correios com carta de aviso de recebimento, afim de comprovar o envio da sua manifestação, endereçado ao Setor de Licitações da Prefeitura, que ao receber tomará as devidas providências.

3.2.3. As impugnações também serão aceitas e recebidas quando enviadas através do e-mail: licitacao@itapui.sp.gov.br

3.2.4. A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF e RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica, bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

3.2.5. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

3.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis requisitantes e pela elaboração deste Edital e seus anexos, sendo que a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame se, da impugnação, gerar alterações que impliquem em comprometimento de formulação das propostas.

3.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

3.6. Se das consultas ou impugnações resultar a necessidade de modificar o edital, a alteração será divulgada pela mesma forma em que se deu o texto original do instrumento convocatório.

3.7. Em caso de divergência existente entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados na página eletrônica do SCPI - Portal de Compras e as especificações constantes no Termo de Referência, PARA EFEITO DE PROPOSTA, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO prevalecerão às últimas.

3.8. Dúvidas em relação à operacionalização do sistema, como forma de anexar documentos ou operar durante a fase de disputa, por exemplo, devem ser direcionadas diretamente ao suporte da plataforma, SCPI - Portal de Compras - <https://ajuda.fiorilli.com.br/category/scpi/scpi9-pregao/>, não havendo conhecimento técnico dos servidores para prestar tais informações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

4. REFERÊNCIAS DE TEMPO

4.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO todas as empresas brasileiras ou empresas estrangeiras em funcionamento no Brasil pertencentes ao ramo do objeto licitado, que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, para o respectivo cadastramento junto à SCPI - Portal de Compras e que desempenhem atividade compatível com o objeto desta Licitação

5.1.1. Para efeitos de participação das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte nesta licitação, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, são considerados:

- a) Microempresa – O empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais).
- b) Empresa de Pequeno Porte – O empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

5.1.2. Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas licitações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado, nos termos da referida Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- f) constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.2. Os benefícios previstos para micro e pequenas empresas não são aplicados, ainda, nos casos prescritos pelo art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/21:

I– no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II– no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

5.3. A obtenção de benefícios a que se refere o item 5.1.1 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos/atas com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.3.1. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato/atas na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º do artigo 4º da Lei 14.133/21.

5.4. O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento

5.5. Os licitantes deverão responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros, ou manifestações equivocadas, ambientes inadequados;

5.6. O Município não se responsabiliza por custos na operacionalização e uso do sistema;

5.7. O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

5.8. Pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as seguintes normas fixadas pelo art. 15, da Lei Federal nº 14.133/21:

I- Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II- Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III- Será admitido, para efeito de habilitação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV- Fica impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V- Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

5.8.1. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso;

5.8.2. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato/ata, se for o caso, mediante apresentação dos documentos e notificação antecipada à Administração;

5.9. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I- A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II- A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III- Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

IV- O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

V- Não se tratar contratação de serviços com predominância de mão-de-obra, caso em que as cooperativas de trabalho, em virtude da Súmula nº 331 do TST, deverão apresentar plano de revezamento gerencial, aprovado pela Administração no momento de assinatura do contrato/ata, estabelecendo a rotatividade entre os cooperados na coordenação e interlocução das atividades contratadas com o Poder Público, exceto nos casos em que as atividades são executadas sem impulso, afastando qualquer indício de subordinação entre os cooperados e à Administração.

5.10. Não poderão participar deste Pregão ou participar da execução do contrato/ata, direta ou indiretamente:

5.10.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

5.10.1.1. O impedimento de que trata o item anterior também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.10.2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato/ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.10.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.10.4. VEDAÇÕES À PARTICIPAÇÃO

5.10.4.1. Conforme o Art. 10 do Decreto Municipal 2875/23, ficam estabelecidas as seguintes vedações à participação de empresas no processo licitatório, relacionadas à atuação dos agentes públicos:

I- Vínculos Pessoais e Profissionais:

a) Cônjuge ou Companheiro: Empresas cujo representante legal ou proprietário seja cônjuge ou companheiro de agentes públicos designados para atuar no processo de contratação.

b) Parentesco: Empresas cujos representantes legais ou proprietários tenham vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, com os agentes públicos designados.

c) Relações Técnicas e Comerciais: Empresas que mantenham relações de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com os agentes públicos designados.

II- Contratados Habituais:

a) Histórico Recorrente: Empresas que tenham histórico recorrente de contratação com a Prefeitura Municipal, caracterizando-se como contratados habituais, conforme definido no § 1º do Art. 10 do Decreto.

b) Ramo de Atividade: Empresas atuantes no mesmo ramo de atividade dos agentes públicos designados para o processo de contratação, conforme vedação estabelecida no § 2º do Art. 10 do Decreto.

5.10.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

5.10.6. VEDAÇÕES COMPLEMENTARES

5.10.6.1. Em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Itapuí, especialmente o Artigo 16, ficam estabelecidas as seguintes vedações complementares à participação de empresas no processo licitatório:

I- Impedimento de Contratação com Agentes Públicos:

a) Contratos com Pessoa Jurídica de Direito Público: Empresas cujos representantes legais ou proprietários sejam vereadores e que, desde a expedição do diploma ou posse, firmem ou mantenham contratos com pessoas jurídicas de direito público, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou empresas concessionárias de serviço público, salvo se o contrato obedeça a cláusulas uniformes.

II- Exercício de Cargo ou Função:

a) Cargos ou Funções Remuneradas: Empresas cujos representantes legais ou proprietários exerçam cargo, função ou emprego remunerado, incluindo os de demissibilidade "ad nutum", em entidades públicas, desde a expedição do diploma ou posse do vereador.

III- Participação em Empresa Beneficiada:

a) Propriedade ou Controle de Empresas: Empresas que tenham como representantes legais ou proprietários vereadores que sejam proprietários, controladores ou diretores de empresas que gozem de benefícios decorrentes de contratos com pessoa jurídica de direito público.

IV- Conflito de Interesses em Patrocínio de Causa:

a) Patrocínio de Causas: Empresas que, direta ou indiretamente, patrocinem causas de interesse de entidades públicas municipais, nas quais atuem vereadores em função remunerada ou de controle.

6. DAS SUBCONTRATAÇÕES

6.1. Conforme previsto nos §§ 1º e 2º do Artigo 75 do Decreto Municipal 2875/23, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes sobre a subcontratação:

6.1.1. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que desempenhe função na licitação, atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6.1.2. É vedada a subcontratação da parcela principal do objeto, entendida como o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida a apresentação de atestados com o objetivo de comprovar a execução de serviço, pela licitante ou contratada, com características semelhantes.

7. CREDENCIAMENTOS NA PLATAFORMA DE LICITAÇÕES

7.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à plataforma SCPI - Portal de Compras atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: <http://itapui.ddns.net:8079/comprasedital/>

7.1.1. O cadastro no sistema será efetuado no endereço <http://itapui.ddns.net:8079/comprasedital/> na opção SOLICITAR ACESSO LICITAÇÃO ELETRÔNICA.

7.1.2. Após o preenchimento da solicitação e seu encaminhamento, será enviado por e-mail a Chave de Identificação e a Senha. É importante ressaltar que a verificação das solicitações não é automática e ocorre uma vez ao dia. Desta forma, o cadastro na plataforma deverá ser feito no máximo até 24 horas antes do momento da disputa. É fundamental observar que a administração não se responsabiliza por cadastros realizados de forma intempestiva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

7.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação na plataforma SCPI. Portal de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;

7.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento da documentação de habilitação, proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;

7.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, assim como a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

7.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico;

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os licitantes vencedores encaminharão exclusivamente por meio do sistema proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de recebimento de propostas.

8.2. Conforme previsão do artigo 63, inciso II da Lei 14.133/21, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor:

- a) Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- b) A falta de documento exigido em edital e não cadastrado na plataforma, mas, que esteja disponível no cadastro SICAF, estando dentro do prazo de validade, atenderá as exigências de habilitação deste edital.
- c) É possível diligenciar a existência de documento complementar ou outros meios de comprovar o atendimento das exigências editalícias, desde que não se trate de documento ausente ou que não possa ser obtido em breve consulta virtual.

8.2.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.3. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

8.3.1. Após a abertura da sessão pública, a proposta apresentada será irretratável e irrenunciável e não poderá ser alterada, seja com relação a prazo e especificações, seja com relação a qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, bem como, não serão admitidos quaisquer acréscimos, supressões, retificações ou desistência de propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro para revelação de erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas;

8.3.2. Cada licitante poderá apresentar apenas uma proposta de preço.

8.4. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

8.6. Caso esteja enquadrada como entidade preferencial, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006 para fazer jus aos benefícios:

a) A declaração falsa relativa ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

8.7. A sessão poderá ser suspensa pelo pregoeiro a qualquer momento para análise e conformidade das propostas e de documentação:

a) Após a suspensão da sessão pública, o Pregoeiro enviará, via chat, mensagem às licitantes informando a data e o horário previstos para o início da oferta de lances;

8.8. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

9.1.1. Valor unitário;

9.1.2. Marca/modelo (caso haja) dispensada para serviços;

9.1.3. Fabricante (caso haja) dispensada para serviços;

9.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, ou código do item em catálogo oficial;

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

10.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

10.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

10.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.4.1. O LANCE DEVERÁ SER OFERTADO PELO MENOR VALOR POR LOTE.

10.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.6.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro e o certame seguirá o regime estabelecido pela Instrução Normativa 73/2022, do Governo Federal.

10.6.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.6.3. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável, nos termos dos arts. 33 e 34 da Instrução Normativa nº 73/2014.

10.6.4. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

10.6.5. Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o § 4º, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

10.6.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.7. Fica previsto o intervalo mínimo de diferença de valor de R\$ 0,01 entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.8. Será adotado para o envio de lances no presente Pregão Eletrônico o MODO DE DISPUTA "ABERTO/FECHADO", onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado neste edital.

10.8.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.8.2. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.8.3. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer 01 (um) lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.8.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

10.8.5. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.8.6. Poderá o Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação

10.9. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro;

10.9.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

10.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízo dos atos realizados.

10.13. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.14. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

10.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.16. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.17.1. Dos critérios gerais para desempate entre propostas:

10.17.1.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem, e a depender da possibilidade prática de utilização dos critérios, já que alguns encontram-se inviáveis por ausência de regulamentação externa, embora previstos em Lei e devendo ser observados:

I– disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II– avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão preferencialmente utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;

III– desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

a) Como critério de desempate previsto no artigo 60, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, para efeito de comprovação de desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, poderão ser consideradas, desde que comprovadamente implementadas, políticas internas, tais como: programas de liderança para mulheres; projetos para diminuir a desigualdade entre homens e mulheres e o preconceito dentro das empresas, inclusive ações educativas; distribuição equânime de gêneros por níveis hierárquicos; dentre outras.

IV– desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

10.17.1.2. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I– empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II– empresas brasileiras;

III– empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV– empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.17.2. As regras de desempate não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

10.18. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.19. É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se o proponente às sanções previstas nas leis pertinentes;

10.20. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.20.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.20.2. Serão desclassificadas as propostas que:

a) contiverem vícios insanáveis;

b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.20.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

10.20.2.1.1. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

10.20.2.1.2. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.20.2.1.2.1. A inexequibilidade de bens e serviços em geral, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

I- que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II- inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.20.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

10.20.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

10.20.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.20.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita ou de ofício pelo Pregoeiro.

10.20.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.20.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.20.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.20.8. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.20.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA FASE DE LANCES

11.1. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

11.1.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

11.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

12. HABILITAÇÃO

12.1. Para se habilitarem nesta licitação, os interessados deverão anexar junto a plataforma da SCPI - Portal de Compras, a documentação abaixo, preferencialmente com autenticação digital e legível:

12.1.1. Se a licitante desatender as exigências de habilitação, a mesma será inabilitada e o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

12.1.2. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

12.2.1. A consulta aos Cadastros acima será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n. 8.429/1992 que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.2.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

12.3. Será considerado habilitado o licitante que apresentar os documentos relacionados no Edital.

12.3.1. O licitante que participar do certame declarando que cumpre os requisitos de habilitação e não cumpri-los, será inabilitado e estará sujeito às penalidades previstas no edital.

12.4. Constituem motivos para inabilitação do licitante:

12.4.1. a apresentação de documentos com prazo de validade vencido e que não sejam possíveis de verificação online instantânea;

12.4.2. a substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

12.4.3. o não cumprimento dos requisitos de habilitação.

12.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.5.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.6. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação a seguir, para fins de habilitação, ou apresentar certificado de plataforma digital que contenha esses documentos cadastrados, como o SIAFIC, por exemplo, encaminhando os documentos ausentes.

12.6.1. Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

12.6.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.6.3. Declaração negativa de relação familiar ou parentesco;

12.6.4. Declaração de Cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei n. 13.709/2018;

12.6.5. Declaração de integralidade dos custos propostos;

12.6.6. Declaração de que pode usufruir dos benefícios de ME e EPP;

12.7. HABILITAÇÕES JURÍDICAS

12.7.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada:

I) Contrato social ou documento semelhante.

II) Cédula de identidade e CPF dos sócios;

12.8. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

12.8.1. A regularidade fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

I- a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

- II- a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III- a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- IV- a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- V- a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- VI- o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

12.8.1. Os documentos referidos no subitem 12.8 poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

12.8.2. A comprovação de atendimento do disposto nos incisos III, IV e V do 12.8, deverá ser feita na forma da legislação específica.

12.9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.9.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

12.9.2. Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada, por meio da documentação apropriada, a sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais requisitos de habilitação constantes abaixo:

a) Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos/atas firmados, através da Declaração anexa.

12.9.3. Havendo restrição na regularidade fiscal da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme o art. 43, §1º da Lei Complementar 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008 e 147/2014;

12.9.4. A não regularização da documentação, no prazo fixado acima, implicará decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata ou revogar a licitação.

12.9.5. Para comprovarem que se enquadram na condição de ME/EPP e ter tratamento diferenciado, as empresas deverão apresentar juntamente com os documentos de habilitação, os documentos abaixo:

12.9.5.1. Declaração demonstrando estar apta a receber tratamento diferenciado e afirmando estar na condição de ME/EPP, conforme modelo constante no ANEXO IV deste edital;

12.9.5.2. A declaração falsa relativa ao enquadramento na condição de ME ou EPP para fins de fruição dos benefícios da Lei Complementar nº. 123/2006 sujeitará o licitante, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como caracteriza o crime previsto no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

12.9.6. Em caso de divergência existente entre o rol de documentos exigidos neste Edital, para habilitação das Licitantes participantes do Certame, com o rol constante na plataforma eletrônica, prevalecerá o primeiro.

12.10. Apresentação do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos **últimos dois exercícios** social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

12.10.1. A demonstração da boa situação financeira será realizada de forma objetiva, conforme a Lei Federal n.º 14.133/21, com as alterações introduzidas posteriormente, comprovando que a licitante possui, os seguintes Índices Contábeis:

ILG = igual ou superior a 1,00

ILC = igual ou superior a 1,00

IE = igual ou inferior a 0,50

I - Tais índices serão calculados conforme segue:

ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)

ILC = (AC / PC)

IE = (PC + ELP / AT)

ONDE:

***ILG = Índice de Liquidez Geral;**

***ILC = Índice de Liquidez Corrente;**

***AC = Ativo Circulante;**

***IE = Índice de Endividamento;**

***PC = Passivo Circulante;**

***RLP = Realizável a Longo Prazo;**

***ELP = Exigível a Longo Prazo; e**

***AT = Ativo Total.**

12.10.2. Somente serão habilitadas no presente certame as empresas que apresentarem os Índices Mínimos e Máximos exigido e que comprove que a empresa licitante possui capital social com valor de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor formulado em sua proposta de preços.

13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1 Encerrada a fase de lances, a proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo máximo de 02 (duas) horas contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, através do sistema em que ocorreu a disputa, e deverá:

13.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada e digitalizada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

13.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

13.1.3. Conter todos os dados cadastrais exigidos no edital para fins de cadastro do fornecedor, tanto da empresa como seu representante legal, todos os e-mails e telefones para comunicação e envio dos contratos/atas.

13.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

13.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

13.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

13.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros, no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

13.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

13.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.7. A Prefeitura Municipal poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

13.8. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

13.8.1. Para efeito de verificação dos documentos de habilitação, fica permitida, a sua realização por processo eletrônico de comunicação à distância, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

13.8.2. Devido ao envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado, prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira).

13.8.3. Caso o licitante não tenha anexado os documentos de habilitação, será considerado inabilitado.

13.8.4. Concomitante à análise dos documentos enviados na plataforma, o pregoeiro poderá utilizar o cadastro nacional SICAF para analisar a documentação da empresa melhor colocada, sendo esta documentação acessível aos demais participantes.

13.8.5. A habilitação ocorrerá exclusivamente pelo sistema, devendo a licitante anexar, de forma digital, todos os documentos elencados neste edital.

13.8.6. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.

13.8.7. Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

13.8.7.1. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou a ata de registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 13.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis;

13.8.7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.8.7.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 13.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

13.8.7.4. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

- I- convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;
- II- adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.8.7.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

13.8.7.6. A regra do 13.3.7.5 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados.

13.8.7.7. Caso a proposta do licitante vencedor não atenda ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora.

14. DA MANIFESTAÇÃO DOS RECURSOS DO PROCESSO

14.1. Ao final da sessão, na fase de habilitação, o pregoeiro verificará a conformidade dos documentos e proposta adequada e, caso toda documentação e proposta estejam conforme o edital, o pregoeiro comunicará através de mensagem no sistema da SCPI - Portal de Compras que irá adiantar a fase do processo no sistema, de habilitação para em adjudicação, sendo facultada a qualquer licitante a possibilidade de manifestação de intenção de recorrer de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, de maneira resumida, em campo próprio do sistema, no prazo de 30 minutos.

14.1.1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

14.1.2. A falta de manifestação motivada do licitante, quanto à intenção de recorrer, no prazo estabelecido no item 14.1 e a não apresentação das razões do recurso no prazo legal, importarão na decadência desse direito, autorizando o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora, encaminhando o processo para homologação pela autoridade superior.

14.1.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.1.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.1.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Departamento de Licitações no Paço Municipal, sito à Praça da Matriz nº 70, centro ou por meio de protocolo eletrônico.

14.1.6. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente. Os documentos comprobatórios do representante legal (que comprovam os poderes legais) deverão ser enviados juntamente com o recurso.

14.1.7. Os recursos será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

15. DO CONTRATO OU TERMO EQUIVALENTE

15.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior homologará o procedimento e determinará a convocação dos vencedores para a assinatura do contrato instrumento equivalente.

15.2. O contrato/ata será formalizado, com observância dos artigos 89 a 95 da Lei 14.133/21, e será subscrito pela autoridade superior.

15.3. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

15.4. A vantajosidade da manutenção do contrato se dá em decorrência da economicidade nos trâmites licitatórios.

15.5. Na prorrogação da ata de registro de preços que supere o prazo de 12 (doze) meses, os preços registrados serão reajustados pelo índice oficial definido na ata.

15.5.1. Fica definido como índice oficial para essa ata o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apurado dos últimos 12 meses, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

15.6. De acordo com o Decreto Municipal 2875/23, artigo 61º, § 2º: Em âmbito municipal, na licitação para registro de preços, não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

15.6.1. Fica vedada a participação da administração em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1. **O MUNICÍPIO** realizará o pagamento do objeto de acordo com as quantidades entregues em até **30 (trinta) dias corridos, contados da data de apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s)**, se de acordo com o solicitado e em conformidade com o contrato/ata de registro de preços.

16.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá 10 (dez) dias após a data de sua apresentação válida.

16.3. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos.

16.4. A ordem cronológica referida somente poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade superior e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao Tribunal de Contas competente, exclusivamente nas seguintes situações:

- I - grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
- II- pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- III- pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- IV- pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
- V- pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

16.5. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

16.6. O gestor do contrato será o responsável pela certificação das Notas Fiscais, bem como liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

17. DO REAJUSTE

17.1. Aplica-se aos preços contratados o índice de reajustamento de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apurado dos últimos 12 meses, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

17.2. Os preços registrados poderão ser realinhados quando necessário para estabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata ou do contrato dela decorrente.

§ 1º O detentor da ata deverá apresentar requerimento perante a Administração, durante a vigência da ata de registro de preços ou do contrato dela decorrente, acompanhado de prova inequívoca da variação de preços dos bens ou serviços registrados.

§ 2º O realinhamento retroagirá a partir da data do protocolo do requerimento, quando autorizado.

§ 3º Os preços registrados também poderão ser alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, a alteração dos preços registrados retroagirá à data em que entrou em vigência a norma que criou, alterou ou extinguiu os tributos ou encargos legais.

§ 5º Fica estabelecido o prazo de 30 dias para a resposta da Administração Pública a partir da data do protocolo de requerimento de reajuste.

17.3. Os preços registrados também poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Setor de Licitações e Contratos promover as negociações junto aos fornecedores. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I- descumprir as condições da ata de registro de preços;

II- não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III- não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tomar superior àqueles praticados no mercado; ou,

IV- sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do *caput* do Artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

17.4. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I- por razão de interesse público; ou,

II- a pedido do fornecedor

18. ASPECTOS CONTRATUAIS

18.1. Outros aspectos contratuais constam da minuta anexa e do termo de referência, anexo I.

18.2. Para assegurar a confiabilidade dos dados e informações, as assinaturas eletrônicas apostas no contrato deverão ser classificadas como qualificadas, por meio do uso de certificado digital pelas partes subscritoras, nos termos do artigo 4º, inciso III, da Lei nº 14.063/2020.

19. DAS ALTERAÇÕES

19.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I- unilateralmente pela Administração:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 14.133/21;

II - por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução (se for o caso);
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

19.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do item 19.1, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

19.3. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do item 19.1 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

19.4. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei 14.133/21.

19.5. Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes serão pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

19.6. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

19.7. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

19.7.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei 14.133/21.

19.7.8. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

19.8. O prazo para manifestação quanto aos pedidos de reajuste, reequilíbrio e repactuação será de 30 dias, a contar da data de protocolo do requerimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

19.9. Caso faltem informações e a administração solicite complementação do pedido, o prazo irá reiniciar, a contar da data do novo protocolo com os documentos faltantes.

20. DO GESTOR E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. A responsabilidade pela gestão deste Contrato ficará a cargo deste município, através da Sra. Renata de Moura Oliveira, diretora municipal de Educação, que também será responsável pelo recebimento e atesto do documento.

20.2. A fiscalização Técnica deste Contrato, assim como a administrativa será realizada pelas servidoras Beatriz Ticiano Gallis e Natalia Botton de Souza Bulsonaro (nutricionistas municipais) - email: nutri@itapui.sp.gov.br.

20.3. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços/bens por meio de fiscais formalmente designados, podendo para isso:

20.3.1. Comunicar, por escrito, o(a) Gestor(a) do Contrato, sobre falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento/prestação do serviço objeto deste Contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, bem como sobre a aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa;

20.4. Outras atividades expressamente detalhadas na minuta de contrato;

20.5. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será sempre por escrito. Quando, por necessidade ou conveniência de serviço, houver entendimentos verbais, estes deverão ser reduzidos a termo, dentro de 05 (cinco) dias;

20.6. O não cumprimento das solicitações de documentação ou informações por parte da contratada poderá ensejar sanções.

20.7. Para assinatura do contrato/ata poderão ser exigidos os documentos relacionados na minuta do edital.

20.8. A ação da fiscalização não exonera a licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

20.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora do certame, pelos danos causados a Administração ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

20.10. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração, não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da Administração ou do servidor designado para a fiscalização.

21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE:

21.1. São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste instrumento e minuta anexa:

- a) cumprir todo o disposto no edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços; – Responder civil e administrativamente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento da Ata venha diretamente ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados ao Município, a terceiros, bem como ao Patrimônio Público;
- b) Arcar com todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes do cumprimento da Ata, bem como, o Município se isenta de qualquer vínculo empregatício;
- c) manter durante a vigência da Ata todas as condições exigidas no edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

d) caso do detentor do registro seja microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo, deverá solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios; e,

e) se compromete a não compartilhar informações obtidas direta ou indiretamente dentro do exercício de suas atividades com o Município, e obriga-se a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados.

21.2. A qualidade dos produtos será de inteira responsabilidade do detentor da Ata.

21.3. São obrigações da CONTRATANTE, além de outras previstas neste instrumento:

- a) Prestar todos os esclarecimentos necessários para a Execução da Ata de Registro de Preços;
- b) Promover a fiscalização da execução do objeto;
- c) Elaborar e manter atualizada a listagem de preço do produto da Ata;
- d) Promover o pagamento na época oportuna;
- e) Respeitar a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados; e,
- f) Fazer recebimento provisório e definitivo do objeto da seguinte forma:

I- Provisório: de forma imediata, quando do recebimento, com emissão do documento de recebimento provisório

II- Definitivo quando da autorização para pagamento acompanhada do termo de comprove o recebimento.

22. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

22.1. Os produtos deverão ser entregues em local indicado pela Administração, em lotes conforme necessidade;

22.2. As entregas devem ocorrer em horário comercial, com agendamento para recebimento;

22.3. Produtos que não estejam em conformidade com os termos estabelecidos neste documento, serão rejeitados e deverão ser substituídos imediatamente pelo fornecedor, com prazo máximo de tolerância de 48h.

22.4. Prazo de entrega: 03 dias úteis, a contar da solicitação do Departamento requisitante.

22.5. Os objetos deverão ser executados de forma parcelada, após o recebimento do pedido de empenho, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas, e locais indicados nos respectivos pedidos de empenho.

22.6. O objeto desta licitação, deverá ser entregue de acordo com as solicitações, pelo período de 12 (doze) meses. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato/ata, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

22.7. O objeto da presente licitação será recebido provisoriamente, no ato da entrega do serviço, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações deste Edital.

22.8. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Contratante poderá:

- a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, em até 02 (dois) dias;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, em até 02 (dois) dias;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, em até 02 (dois) dias;

22.9. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente, após verificação do atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas.

22.9.1. O recebimento definitivo se dará em até 05 (cinco) dias úteis da entrega, após verificação da qualidade, quantidade do item, com a sua consequente aceitação, que ficará a cargo do fiscal de contrato, responsável pelo recebimento.

23. DAS PENALIDADES E MULTAS

23.1. As sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021 serão aplicadas observando-se os seguintes ritos:

I- Advertência e Multa: a aplicação da sanção se dará nos próprios autos do processo licitatório ou da compra direta em que tenha ocorrido exclusivamente infração de inexecução parcial, depois de oportunizado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, o contraditório e a ampla defesa em resposta à simples notificação, contados do recebimento desta.

II- Impedimento de licitar e contratar e Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar: a aplicação da sanção será precedida do devido processo de responsabilização, a ser autuado em apartado, nos termos descritos na Seção II deste Capítulo.

23.4. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que:

23.4.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

23.4.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

23.4.3. dar causa à inexecução total do contrato;

23.4.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

23.4.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

23.4.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

23.4.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

23.4.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

23.4.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

23.4.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

23.4.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

23.4.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

23.5. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

23.6. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções: advertência; multa; impedimento de licitar e contratar; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

23.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

23.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

23.6.2. as peculiaridades do caso concreto;

23.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

23.6.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

23.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.7. O Art. 78. Define que os percentuais de multa serão aplicados na seguinte proporção, a quem:

I- der causa à inexecução parcial do contrato: 0,5% (meio por cento) ao dia do valor do objeto da inexecução até o limite de 10% (dez por cento);

II- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

a) se o dano não for aferível: 10% (dez por cento) do valor do contrato;

b) se o dano for aferível e superior a 10% (dez por cento) do valor do contrato: prevalecerá o valor do dano até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do contrato;

III- der causa à inexecução total do contrato: 30% (trinta por cento) do valor do contrato;

IV- deixar de entregar a documentação exigida para o certame: 2% (dois por cento) o valor da proposta ofertada;

V- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: 2% (dois por cento) do valor da proposta ofertada;

VI- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, dentro do prazo fixado pela Administração Pública Municipal, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: 5% (cinco por cento) do valor da proposta ofertada;

VII- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado: 0,5% (meio por cento) ao dia do valor do objeto em atraso até o limite de 30% (trinta por cento);

VIII- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: 30% (trinta por cento) do valor da proposta ou do contrato;

IX- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: 30% (trinta por cento) do valor da proposta ou do contrato;

X- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: 30% (trinta por cento) do valor da proposta ou do contrato;

XI- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: 30% (trinta por cento) do valor da proposta ou do contrato;

XII- praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013: 30% (trinta por cento) do valor da proposta ou do contrato.

24. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

24.1. Nos termos do Art. 164 da Lei 14.133/21, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

24.1.1. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro e protocolizadas no setor de protocolos da prefeitura em dias úteis, das 08h00 às 16h00.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

24.1.2. Caso a licitante estiver impossibilitada de efetuar pessoalmente o protocolo no Setor Oficial de Protocolos da Prefeitura poderá encaminhar via Correios, endereçado ao Setor de Licitações da Prefeitura.

24.1.3. As impugnações também serão aceitas e recebidas quando enviadas através de e-mail licitacao@itapui.sp.gov.br, devendo ser juntados todos os documentos que fundamentam tais impugnações.

24.1.4. A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF e RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica, bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

24.1.5. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

24.1.6. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis requisitantes e pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.1.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.1.8. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.1.9. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.1.10. Se das consultas ou impugnações resultar a necessidade de modificar o edital, a alteração será divulgada pela mesma forma em que se deu o texto original do instrumento convocatório.

24.2. A entrega das propostas sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

24.3. Qualquer licitante poderá recorrer dos atos praticado pelo Pregoeiro, cuja intenção deverá ser manifestada no final da sessão pública, sob pena de decadência do direito de recorrer.

24.4. A síntese das razões recursais deverá ser registrada na ata da sessão, cabendo ao Pregoeiro conceder o prazo de três dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais, desde logo, intimados a apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

24.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

24.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

24.7. Se não reconsiderar a sua decisão o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade superior, que proferirá decisão definitiva e homologação do procedimento.

24.8. Os memoriais dos recursos e contrarrazões serão aceitos e recebidos quando enviados através do sistema informatizado da SCPI - Portal de Compras, com acesso ao link: <http://itapui.ddns.net:8079/comprasedital/>, devendo ser juntados todos os documentos que fundamentam tais recursos.

25. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

25.1. Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Itapuí o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

25.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

25.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade superior indicará expressamente os atos a que ela se estende.

25.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

25.5. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

25.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

25.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

25.8. A autoridade superior para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Itapuí.

26. DO CANCELAMENTO

26.1. O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado; e,
- d) sofrer sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

26.2. O cancelamento de registro nas hipóteses prevista no item 1, será formalizado por despacho do Administração, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

26.3. O cancelamento do registro poderá também por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados por:

- a) razões de interesse público; e,
- b) a pedido do fornecedor.

26.4. O detentor do registro será responsabilizado administrativamente se cometer as seguintes infrações, assegurado o contraditório/ampla defesa:

- a) dar causa à inexecução parcial da ata;
- b) dar causa à inexecução parcial da ata que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total da ata;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- f) apresentar declaração ou documentação falsa exigida;
- g) fraudar ou praticar ato fraudulento na execução;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

26.5. Caso cometa alguma infração, poderá ser aplicada ao responsável as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa, de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do preço registrado em caso de inadimplência total ou parcial do Contrato
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

26.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle; e,

26.7. O atraso injustificado para executar o objeto contratual, ensejará em multa de mora de 1% do valor contratual por dia.

26.8. As penalidades acima mencionadas não excluem quaisquer outras previstas em Lei, nem o direito que assiste o Município de ressarcir-se das perdas e danos que vier a sofrer

27. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

27.1. A despesa estimada será da seguinte dotação orçamentária: 01.05. Cultura e Turismo, 01.06. Desenvolvimento Social, 01.07. Educação, 01.08 Esportes e Lazer e 01.11. Saúde; 3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Pessoa Jurídica; Fonte de Recurso: Tesouro - Estadual e Federal.

28. DOS ANEXOS DO EDITAL

28.01. Seguem anexos ao presente Edital como parte integrante do mesmo:

- 28.01.01. Termo de Referência (**ANEXO I**);
- 28.01.02. Modelo de proposta comercial final (**ANEXO II**);
- 28.02.03. Minuta da ata de registro de preços (**ANEXO III**).
- 28.02.04. Declaração microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada (**ANEXO IV**);
- 28.02.05. Declarações Diversas (**ANEXO V**)
- 28.02.06. Declaração de cumprimento da lei geral de proteção de dados (**ANEXO VI**)
- 28.02.07. Declaração negativa de relação familiar ou parentesco (**ANEXO VII**)

28.03. Não serão aceitas declarações genéricas ou unificadas. As declarações devem ser preenchidas e apresentadas estritamente de acordo com os modelos estabelecidos neste edital. O não cumprimento desta exigência poderá resultar na desclassificação do proponente.

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o Pregoeiro porventura julgar necessário.

29.2. A participação nesta licitação implica na aceitação integral e irretratável das normas deste Edital e seu Termo de Referência, no Anexo I, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem.

29.3. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em especial quanto à veracidade das declarações feitas ou apresentadas em razão do cumprimento das exigências deste Edital e seu Termo de Referência, no Anexo I.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

29.4. Os documentos da habilitação dos que forem excluídos do certame, ficarão em poder da Prefeitura.

29.5. Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, com fundamento nas disposições da legislação em vigor.

29.6. Os atos relativos às repostas de impugnações, resultado da licitação, notificações e decisões serão publicados no Diário Oficial do Município de Itapuí no endereço eletrônico <https://www.itapui.sp.gov.br/portal/diario-oficial>

29.7. Fica eleito o foro da Comarca de Jaú como competente para dirimir as controvérsias advindas do cumprimento da presente licitação.

Itapuí, 08 de abril de 2025.

MARIA CLELIA VIARO PICHELLI

Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025 - PROCESSO Nº 068/2025

1.0. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, destinados ao abastecimento das unidades da Administração Pública do Município de Itapuí/SP, conforme especificações detalhadas neste documento.

Os produtos serão adquiridos por meio de Registro de Preços, permitindo a contratação conforme necessidade, otimizando o planejamento da gestão de abastecimento dos equipamentos públicos, tais como escolas, unidades de saúde, creches e programas assistenciais.

2.0. OBJETIVO

2.1. O objetivo desta contratação é assegurar o abastecimento contínuo de gêneros alimentícios de qualidade, essenciais para a execução das atividades institucionais do município. A contratação visa atender a demandas de diversas unidades administrativas, incluindo escolas, creches, unidades de saúde, programas assistenciais e demais órgãos públicos, garantindo uma alimentação adequada e segura aos beneficiários dos serviços prestados pela Administração.

3.0. JUSTIFICATIVA

3.1. A aquisição de gêneros alimentícios perecíveis visa assegurar a oferta de alimentação segura e adequada aos usuários dos serviços públicos municipais.

3.2. A contratação centralizada permite redução de custos, padronização de qualidade e previsibilidade no fornecimento, minimizando desperdícios e evitando aquisições emergenciais.

3.3. A aquisição respeita as diretrizes de segurança alimentar estabelecidas pela ANVISA, MAPA e demais órgãos reguladores, garantindo que os produtos atendam aos padrões exigidos para consumo humano. A aquisição centralizada de gêneros alimentícios busca otimizar os processos de compra e distribuição, garantindo maior controle sobre a qualidade dos produtos e a economicidade da contratação. A previsão de demanda e o planejamento adequado evitam desabastecimento, desperdícios e compras emergenciais que podem onerar os cofres públicos.

3.4. Além disso, a padronização dos itens contratados proporciona maior previsibilidade na gestão dos recursos públicos, contribuindo para a eficiência administrativa e melhoria dos serviços ofertados à população.

3.5. A necessidade da licitação justifica-se ainda pela obrigação legal da Administração em garantir transparência, isonomia e competitividade no processo de aquisição, permitindo a participação de diversos fornecedores e assegurando as melhores condições de fornecimento em termos de preço, qualidade e prazo de entrega.

4.0. CLASSIFICAÇÃO DE BENS COMUNS E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos do art. 6º, inciso XIII da lei 14.133/2021, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado.

4.2. A contratação fundamenta-se na necessidade de garantir o fornecimento ininterrupto de alimentos essenciais para o desenvolvimento de programas sociais, educacionais e unidades da Administração Pública. Estudos técnicos preliminares justificam a aquisição, apontando a demanda e a compatibilidade dos produtos com os serviços prestados.

4.3. A aquisição também observará as normativas aplicáveis, incluindo legislação sanitária e de controle de qualidade de alimentos, como:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

- RDC 331/2019 da ANVISA;
- Decreto 9.013/2017 do MAPA;
- Instruções normativas do SIF, SISP e SIM.

5.0. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A presente solução contempla a aquisição programada de gêneros alimentícios perecíveis, abrangendo todas as etapas do processo, desde a seleção do fornecedor, compra, entrega adequada, armazenamento e distribuição até o consumo final. O ciclo de vida do objeto deve considerar produtos que atendam aos padrões de qualidade estabelecidos, com prazo de validade adequado ao uso planejado e em conformidade com as especificações legais e técnicas vigentes.

6.0. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

6.1. Os produtos a serem adquiridos deverão satisfazer as especificações bem como ser fornecidos nas quantidades estimadas na relação dos itens abaixo, devendo atender aos seguintes requisitos:

- Origem e Qualidade: Somente serão aceitos produtos inspecionados pelo SIF, SISP, SIM ou equivalente;
- Conservação e Transporte: Manutenção da cadeia de frio e transporte adequado;
- Rotulagem e Embalagem: Conforme legislação sanitária vigente, com informações como data de fabricação, prazo de validade, peso líquido e instruções de conservação;
- Validade: Mínimo de 75% da validade total no momento da entrega;
- Entrega em Lotes: Conforme cronograma a ser estabelecido pelos órgãos requisitantes.

6.2. A tabela a seguir detalha os itens a serem adquiridos:

Item	Qtd	Unid	OBJETO
LOTE 1			
1	4.000	KG	ACEM/PEIXINHO/MAÇA DA PALETA BOVINA EM CUBOS/ PALETA-CONGELADA IQF - CUBOS COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 3X3X3 CM
2	5.000	KG	BOLINHO MISTO
3	15.000	KG	CARNE MOIDA DE BOVINO (CARNE DE PRIMEIRA CATEGORIA - PATINHO) CONGELADA IQF
4	500	KG	HAMBURGUER CARNE BOVINA IQF
5	5.000	KG	CARNE CONGELADA IQF DE BOVINO SEM OSSOS - PATINHO - ISCAS
6	3.000	KG	CARNE BOVINA PALETA EM BIFES COM ESPECIARIAS NATURAIS, CONGELA IQF
7	1.900	KG	CARNE IN NATURA BIFE A ROLE, BOVINO IQF

LOTE 2			
8	1.000	KG	BOLINHO DE CARNE DE FRANGO IQF
9	15.000	KG	CORTES CONGELADOS IQF DE FRANGO - PEITO DE FRANGO - SEM OSSO E EM CUBOS
10	2.000	KG	CORTES CONGELADOS DE FRANGO - COXA E SOBRECOXA
11	2.000	KG	CORTES CONGELADOS IQF DE FRANGO- SOBRECOXA SEM PELE/OSSO
12	2.000	KG	CARNE DE FRANGO PEITO EM FORMA DE TIRAS COM ESPECIARIAS NATURAIS IQF
13	500	KG	EMPANADOS CONGELADOS DE AVES COM LEGUMES (NUGGETS)
14	500	KG	PEITO DE FRANGO INTEIRO CONGELADO
15	800	KG	CARNE EM NATURA BIFE A ROLE DE FRANGO IQF

LOTE 03			
16	5.000	KG	LINGUIÇA TOSCANA
17	5.000	KG	SALSICHA - TIPO HOT DOG - CONGLADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

LOTE 04			
18	8.000	KG	PERNIL SUINO: SEM PELE, CORTADO EM TIRAS OU CUBOS
19	5.000	KG	CARNE TEMPERADA CONGELADA DE SUINO SEM OSSO - FILE MIGNON (MEDALÃO IQF)
20	2.000	KG	LOMBO SUINO EMPANADO

LOTE 05			
21	6.000	KG	PRESUNTO - PEÇAS INTEIRAS - RESFRIADO E SEM CAPA DE GORDURA
22	4.000	KG	QUEIJO MUSSARELA
23	3.000	Unid	REQUEIJÃO CREMOSO 200 GRAMAS
24	2.000	KG	MORTADELA PEÇA INTEIRA
25	2.000	KG	QUEIJO TIPO PRATO - PEÇAS INTEIRAS

LOTE 6			
26	50.000	Unid	IOGURTE COM PREPARADO DE MORANGO: SABOR MORANGO
27	15.000	Unid	IOGURTE INTEGRAL COM POLPA DE BANANA
28	5.000	KG	PÃO DE QUEIJO ASSADO E CONGELADO

6.3. Em caso de divergência existente entre as especificações dos itens que compõem o objeto descrito na plataforma e as especificações constantes **deste Termo**, prevalecerão as últimas.

6.4. O quantitativo acima foi baseado na necessidade das Diretorias do Município de Itapuí, em suas demandas de atendimento, projetos e programas e na quantidade de pessoas que compõem o quadro usuários dos serviços públicos.

6.5. Por tanto, o(s) FORNECEDOR(ES) VENCEDOR(ES) poderá(ao) ser desclassificados do processo licitatório, mesmo com o menor preço, caso o seu produto não atenda às especificações descritas no edital.

7.0. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

i- Os produtos deverão ser entregues em local indicado pela Administração, em lotes conforme necessidade;

ii- As entregas devem ocorrer em horário comercial, com agendamento para recebimento;

iii- Produtos que não estejam em conformidade com os termos estabelecidos neste documento, serão rejeitados e deverão ser substituídos imediatamente pelo fornecedor, com prazo máximo de tolerância de 48h.

iv- Prazo de entrega: 03 dias úteis, a contar da solicitação do Departamento requisitante.

7.1. JUSTIFICATIVA PARA PRAZO DE ENTREGA:

7.1.1. O prazo de entrega estabelecido em até 03 (três) dias úteis justifica-se pela necessidade de garantir a qualidade e a segurança dos produtos adquiridos. Os departamentos responsáveis pela recepção dos itens não dispõem de amplos espaços refrigerados para armazenamento prolongado, tornando essencial o fornecimento em lotes conforme a demanda. Além disso, o município prioriza o recebimento de produtos o mais frescos possível, assegurando sua adequação ao consumo e o cumprimento das normas sanitárias vigentes.

a) Prazos de Entrega

. A entrega dos produtos deverá ocorrer em conformidade com o cronograma estabelecido pela Administração, respeitando os prazos de fornecimento de 03 (Três) dias úteis.

. O fornecedor deverá realizar as entregas dentro do horário comercial, com **agendamento prévio mínimo de 48 (quarenta e oito) horas**.

. A Administração poderá solicitar entregas emergenciais mediante aviso com **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, sem prejuízo da pontualidade nas entregas regulares.

b) Local e Condições de Entrega



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

- . Os produtos deverão ser entregues nos locais designados pela Administração Pública, devidamente conferidos e descarregados pelo fornecedor no local indicado.
- . A conferência será realizada por equipe técnica responsável, que verificará a conformidade dos produtos entregues em relação às especificações estabelecidas neste Termo de Referência.
- . O fornecedor deverá disponibilizar equipe para realizar a entrega de forma adequada, garantindo a integridade dos produtos até o local de destino.

7.2. JUSTIFICATIVA DA AUSENCIA DE INDICAÇÃO DE ENDEREÇOS DAS ENTREGAS:

7.2.1. A não indicação prévia dos endereços de entrega justifica-se pela dinâmica administrativa do município, que, embora não extenso, pode sofrer alterações na alocação de serviços e repartições públicas, especialmente com a nova gestão. Essa flexibilidade é essencial para garantir que as entregas ocorram nos locais mais adequados às necessidades da Administração, sem comprometer a operacionalização dos serviços. Além disso, a proximidade geográfica da maioria dos órgãos municipais minimiza impactos logísticos, permitindo ajustes pontuais conforme a demanda, sem prejuízo à eficiência e à transparência do processo.

a) Condições de Transporte e Armazenamento

- . O transporte dos produtos deverá ocorrer em veículos apropriados, em conformidade com as normas sanitárias vigentes, garantindo a conservação e segurança dos alimentos.
- . A empresa fornecedora deverá dispor de frota adequada, limpa e devidamente vistoriada pela Vigilância Sanitária, **conforme documentação exigida no item 15 deste Termo de Referência**.
- . Os produtos perecíveis deverão ser transportados em veículos refrigerados quando necessário, conforme exigências descritas em cada item acima relacionado.

b) Controle de Qualidade e Recusa de Produtos

Somente serão aceitos produtos que estejam em perfeitas condições de consumo, com prazo de validade adequado e embalagens íntegras.

- . A Administração Pública poderá rejeitar produtos que não atendam aos requisitos de qualidade especificados, cabendo à empresa fornecedora substituí-los em um prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, sem custos adicionais.
- . Em caso de reincidência na entrega de produtos em desacordo com as especificações, poderá haver aplicação de penalidades contratuais e eventual rescisão contratual.
- . Os produtos deverão ser transportados em veículos refrigerados e adequados à natureza dos gêneros adquiridos.
- . Os fornecedores deverão apresentar Certificado de Vistoria Sanitária dos veículos transportadores.

c) Garantias e Responsabilidades

- . O fornecedor deverá garantir a reposição de produtos que apresentem irregularidades detectadas após o recebimento, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
- . A empresa licitante será integralmente responsável pela qualidade e segurança dos produtos fornecidos, respondendo por eventuais danos causados à Administração Pública ou aos consumidores finais.
- . A empresa deve manter um canal de atendimento ativo para comunicação direta sobre ocorrências e resoluções de problemas no fornecimento.

d) Fiscalização e Acompanhamento

- . O cumprimento das condições de execução será monitorado pelo gestor e fiscal do contrato, conforme definido no item 11 deste Termo de Referência.
- . A Administração poderá realizar inspeções periódicas nos locais de armazenagem da empresa fornecedora para assegurar o cumprimento das condições estabelecidas.
- . Caso seja identificada qualquer irregularidade, a contratada será notificada e deverá sanar a pendência no prazo estipulado pela Administração, não a eximindo das penalizações se aplicáveis.

8.0. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

8.1. A aquisição ocorrerá conforme necessidade, respeitando a disponibilidade orçamentária da Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

8.2. As despesas decorrentes da presente aquisição serão custeadas por recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Itapuí/SP.

8.3. Eventuais demandas que ultrapassem o presente exercício financeiro serão atendidas por meio de dotações próprias, a serem devidamente consignadas nos orçamentos dos exercícios subsequentes e informadas oportunamente, em conformidade com as disposições legais e normativas aplicáveis.

9.0. ORÇAMENTO ESTIMADO

9.1. Realizado pelo Setor de Compras através de Cotações.

10.0. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado exclusivamente mediante transferência bancária para conta de titularidade da empresa fornecedora, previamente cadastrada e validada junto à Administração. A operação financeira será processada dentro dos prazos estipulados, observando a ordem cronológica de exigibilidade dos pagamentos, conforme determina a legislação vigente.

10.2. A contratada deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) correspondente aos produtos efetivamente entregues, discriminando todos os itens conforme descrito no Termo de Referência e no contrato firmado.

10.3. A Nota Fiscal deverá ser apresentada junto com os documentos comprobatórios da entrega e o ateste de recebimento emitido pelo gestor do contrato.

10.4. O pagamento somente será realizado após a conferência e aceite formal da Administração, verificando-se a conformidade dos produtos entregues com as especificações contratadas.

10.5. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias corridos após o aceite definitivo dos produtos e da Nota Fiscal, conforme previsto no contrato.

10.6. Nos casos de eventuais ajustes, glosas ou necessidade de complementação documental, o prazo para pagamento será contado a partir da regularização integral da pendência por parte da contratada.

10.7. Caso sejam identificadas divergências ou irregularidades nos produtos entregues ou na documentação fiscal, a Administração poderá aplicar as penalidades cabíveis e reter valores correspondentes até a devida regularização.

10.8. O fornecedor poderá sofrer descontos no pagamento caso haja necessidade de substituição de itens entregues fora das especificações, sendo a retenção correspondente aos valores dos itens rejeitados.

10.9. A contratada deverá garantir a correta execução financeira do contrato, observando as cláusulas contratuais e mantendo regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

11.0. GARANTIAS EXIGIDAS

11.1. A empresa vencedora deverá apresentar garantia contratual correspondente a 1% do valor total estimado para a presente aquisição, conforme previsto no Art. 96 da Lei 14.133/21.

11.2. Nos termos do §1º do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante deverá apresentar, por meio do comando próprio disponível no Sistema de Lances, juntamente com a sua PROPOSTA READEQUADA, garantia no valor correspondente a 1% (um por cento) do total estimado para contratação.

11.3. A garantia deverá ser prestada em uma das modalidades previstas no § 1º do art. 96 da referida legislação, podendo ser realizada por caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

11.4. O não cumprimento dessa exigência no prazo estipulado implicará na inabilitação do licitante, nos termos do edital e da legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

12.0 ANÁLISE DE RISCOS

- . Atraso na entrega: Penalizações contratuais e acionamento de fornecedores classificados posteriormente, participantes do certame;
- . Produtos fora das especificações: Procedimento de rejeição e substituição imediata;
- . Oscilação de preços: Definição de margens de variação aceitáveis.

13.0. INDICAÇÃO DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

. Gestor do Contrato: O responsável pelo acompanhamento da execução será o Sra.RENATA DE MOURA OLIVEIRA;

. Fiscal Técnico: O responsável pela análise das especificações técnicas, será os Senhores: BEATRIZ TICIANO GALLIS e NATALIA BOTTON DE SOUZA BULSONARO (nutricionistas municipais) - email: nutri@itapui.sp.gov.br

14.0. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. A escolha será baseada no menor preço por lote, e proposta em conformidade com as especificações e capacidade de fornecimento.

15.0. DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS

15.1. A licitante vencedora deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, amostras dos itens para análise da equipe técnica, conforme especificações indicadas neste Termo de Referência.

15.2. Os critérios para análise incluem: composição, peso, tamanho, odor, paladar, tabela nutricional, embalagem e demais características.

15.3. Os itens deverão ser de primeira qualidade e atender integralmente às normas vigentes. Os Produtos poderão ser submetidos a testes laboratoriais às custas da contratada.

15.4. A empresa vencedora, deverá apresentar 1 (uma) amostra dos itens que compõem o lote arrematado.

15.5. Juntamente com amostra de perecíveis deverá apresentar:

- Ficha técnica assinada pelo responsável técnico do produto
- Registro de rotulo
- Registro SIF/SISP/SIM ou SISBI
- Laudo Bromatológico
- Licença Sanitária Estadual ou Municipal;
- Certificado de vistoria de veículos para transporte de alimentos, expedida pela autoridade sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.
- Certificado de calibração rastreado pela Rede Brasileira de Calibração (RBC Inmetro) de veículos que transportam alimentos perecíveis.

15.6. Quando aplicável, os produtos a serem fornecidos deverão apresentar, na data da entrega, no mínimo 75% do prazo de validade total indicado na embalagem.

15.7. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

15.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

15.9. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

15.10. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

15.11. O material apresentado não será devolvido após o processo de avaliação e seleção.

15.12. Justificativa Técnica da solicitação das amostras

15.13. A exigência de amostras assegura que os produtos entregues estejam em conformidade com os padrões técnicos e regulatórios exigidos. A verificação antecipada reduz o risco de recebimento de produtos inadequados, evitando desperdícios e garantindo o fornecimento de alimentos seguros e de qualidade à Administração Pública. Tal medida permite maior controle da execução contratual e fortalece a transparência no processo licitatório.

15.14. A responsabilidade pela qualidade físico-química e sanitária do objeto licitado é única e exclusiva do fornecedor.

15.15. Local de entrega das amostras: Rua Jose Zenatti, Nº 80 no bairro Dr Alvaro B Souza em Itapuí - SP

16.0. DOS LAUDOS TÉCNICOS E CERTIFICAÇÕES

16.1. A licitante vencedora deverá apresentar uma declaração de disponibilidade de entrega dos laudos técnicos e certificações, juntamente com as amostras. Após, a critério de execução da contratação, condicionado a assinatura da ATA/CONTRATO, será obrigatória a entrega desses documentos. Os laudos necessários incluem:

i) LAUDO BROMATOLÓGICO: Cópia do Laudo Bromatológico vigente.

16.2. Justificativa Técnica da exigência de Laudos:

16.2.1. A exigência desses laudos visa garantir que os produtos adquiridos atendam aos padrões sanitários e de qualidade exigidos por lei. A apresentação do Laudo Bromatológico previne riscos à saúde pública, assegurando que os alimentos estejam livres de contaminações microbiológicas e químicas.

17.0. DA COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO DE DESEMPENHO OPERACIONAL

17.1. Em conformidade com o inciso I do Art. 62 da Lei nº 14.133/21, a licitante deverá comprovar sua aptidão de desempenho operacional mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem experiência em atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação. Essa comprovação deve abranger, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do objeto licitado, sendo os atestados devidamente expedidos em nome da empresa licitante.

17.2. Além disso, para garantir a capacidade técnica e operacional da licitante, será exigida a seguinte documentação:

- . Licença de Funcionamento da Vigilância Sanitária;
- . Alvará de Funcionamento;
- . Certificado de vistoria dos veículos destinados à entrega dos produtos, expedido pelo órgão competente e emitido pela Vigilância Sanitária estadual ou do município da sede da licitante.

17.3. Justificativa Técnica: A exigência de comprovação de aptidão operacional visa assegurar que apenas empresas qualificadas participem da licitação, garantindo a entrega de produtos dentro dos padrões sanitários e operacionais estabelecidos. A inclusão de atestados comprobatórios reduz riscos de inadimplência contratual e melhora a rastreabilidade dos fornecedores. Além disso, a documentação exigida para os veículos de entrega reforça o controle sanitário, garantindo que o transporte dos produtos ocorra em conformidade com as normas de segurança alimentar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

18.0. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

18.1. A fim de garantir a capacidade financeira da licitante para cumprir as obrigações contratuais, será exigida a apresentação dos seguintes documentos e índices econômico-financeiros:

18.1.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis

18.1.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

18.1.3. A demonstração da boa situação financeira será realizada de forma objetiva, conforme a Lei Federal n.º 14.133/21, com as alterações introduzidas posteriormente, comprovando que a licitante possui, os seguintes Índices Contábeis:

ILG = igual ou superior a 1,00

ILC = igual ou superior a 1,00

IE = igual ou inferior a 0,50

I - Tais índices serão calculados conforme segue:

ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)

ILC = (AC / PC)

IE = (PC + ELP / AT)

ONDE:

***ILG = Índice de Liquidez Geral;**

***ILC = Índice de Liquidez Corrente;**

***AC = Ativo Circulante;**

***IE = Índice de Endividamento;**

***PC = Passivo Circulante;**

***RLP = Realizável a Longo Prazo;**

***ELP = Exigível a Longo Prazo; e**

***AT = Ativo Total.**

18.1.4. Somente serão habilitadas no presente certame as empresas que apresentarem os Índices Mínimos e Máximos exigido e que comprove que a empresa licitante possui capital social com valor de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor formulado em sua proposta de preços.

18.1.5. Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada, por meio da documentação apropriada, a sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais requisitos de habilitação constantes neste Edital.

18.1.6. Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos/atas firmados, através da Declaração anexa.

18.1.7. Havendo restrição na regularidade fiscal da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme o art. 43, §1º da Lei Complementar 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008 e 147/2014;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

18.1.8. A não regularização da documentação, no prazo fixado acima, implicará decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata ou revogar a licitação.

18.1.9. Para comprovarem que se enquadram na condição de ME/EPP e ter tratamento diferenciado, as empresas deverão apresentar juntamente com os documentos de habilitação, os documentos abaixo:

18.1.10. Declaração demonstrando estar apta a receber tratamento diferenciado e afirmando estar na condição de ME/EPP, conforme modelo constante no ANEXO IV deste edital;

18.1.10.1. A declaração falsa relativa ao enquadramento na condição de ME ou EPP para fins de fruição dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006 sujeitará o licitante, nos termos do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, bem como caracteriza o crime previsto no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

18.2. Em caso de divergência existente entre o rol de documentos exigidos neste Edital, para habilitação das Licitantes participantes do Certame, com o rol constante na página eletrônica da Plataforma, prevalecerá o primeiro.

18.3. Justificativa Técnica: A exigência de qualificação econômico-financeira visa garantir que a empresa licitante possua condições financeiras adequadas para a execução do contrato, evitando problemas de inadimplência e garantindo o fornecimento contínuo dos produtos. Os índices contábeis estabelecem um critério objetivo para avaliar a saúde financeira da licitante, prevenindo riscos de interrupção do fornecimento devido a dificuldades financeiras. A exigência de um capital social mínimo proporciona maior segurança contratual e reforça a capacidade da empresa em cumprir suas obrigações perante a Administração Pública.

19.0. DOS POTENCIAIS DE ECONOMIA DE ESCALA

19.1. A Administração Pública buscará maximizar os ganhos financeiros e operacionais por meio da aplicação de economia de escala, observando os seguintes critérios:

19.2. Agrupamento de Demandas

. A aquisição dos gêneros alimentícios será realizada de forma planejada e centralizada, consolidando volumes de diferentes unidades administrativas para obter melhores condições de negociação e redução de custos.

. O planejamento das aquisições levará em conta a previsão de consumo de médio prazo, buscando evitar compras fragmentadas que possam gerar aumentos nos custos unitários e desperdícios, todavia, ponderando que são alimentos que devem ser frescos, e que o município não dispensa de locais refrigerados adequado, para grandes compras.

19.3. Otimização Logística

. As solicitações de entregas serão organizadas de forma racionalizada, evitando frequências desnecessárias de fornecimento e otimizando a ocupação dos veículos transportadores.

. Os fornecedores poderão, com isso, estruturar planos logísticos eficientes, garantindo pontualidade, integridade dos produtos e segurança alimentar, além da redução de custos operacionais.

19.4. Impacto Orçamentário

. A otimização das compras impactará diretamente na redução de desperdícios e melhor alocação dos recursos públicos, assegurando que os produtos sejam adquiridos e distribuídos de maneira eficaz.

. A adoção de estratégias sustentáveis, como a redução da pegada de carbono no transporte e o aproveitamento de embalagens recicláveis, será incentivada sempre que possível, desde que não comprometa a economicidade do processo.

19.5. Justificativa Técnica para o agrupamento de itens:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

19.5.1. A aplicação da economia de escala permite que a Administração obtenha melhores preços, maior eficiência logística e maior previsibilidade nas entregas. A consolidação da demanda possibilita negociações mais vantajosas com os fornecedores, garantindo maior capacidade de planejamento e alocação estratégica dos produtos. A racionalização do transporte reduz desperdícios e minimiza custos, impactando positivamente a sustentabilidade fiscal e operacional da Administração Pública. Dessa forma, essa medida assegura maior eficiência na execução contratual e otimização dos recursos públicos.

20.0. JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTO DE ITENS EM FORMAÇÃO DE LOTES

20.1. A formação de lotes na estruturação da licitação visa otimizar o processo de contratação, reduzir custos administrativos e aprimorar a eficiência na gestão do fornecimento. A segmentação dos itens em lotes permite um equilíbrio entre competitividade e economicidade, trazendo benefícios operacionais e financeiros significativos para a Administração Pública.

a) Racionalização da Gestão Contratual

. A aquisição por item implicaria na celebração de diversas atas de registro de preços ou contratos, aumentando a carga administrativa para a equipe gestora.

. Com a formação de lotes, há a redução do número de contratos e atas a serem gerenciados, otimizando a tramitação documental e reduzindo o esforço na fiscalização e acompanhamento dos contratos.

b) Otimização da Logística de Entrega

. Caso a aquisição ocorra por item, cada fornecedor será responsável por sua entrega individualizada, o que resultaria em vários recebimentos distintos, gerando deslocamentos frequentes das equipes responsáveis pelo recebimento e controle de qualidade.

. A formação de lotes permite a **REDUÇÃO NO NÚMERO DE ENTREGAS FRAGMENTADAS**, concentrando volumes e garantindo maior eficiência no uso dos espaços de armazenamento e na conferência de produtos.

c) Redução da Carga Administrativa

. Uma aquisição individualizada por item resultaria em múltiplas solicitações de compras, aumento do número de e-mails e processos administrativos, dificultando o fluxo interno de requisição e aquisição.

. A concentração em lotes possibilita padronização dos processos de solicitação de compra, reduzindo a dispersão de comunicação e melhorando a gestão interna.

d) Melhoria na Negociação e Maior Atração de Fornecedores

. A divisão em lotes amplia a competitividade, permitindo que fornecedores especializados participem do certame sem comprometer a economicidade.

. A estruturação em lotes melhora o poder de barganha da Administração Pública, viabilizando melhores condições de preços e prazos junto aos fornecedores.

20.2. Justificativa Técnica

20.2.1. A segmentação da aquisição por lotes é uma estratégia eficiente e fundamentada na economicidade e gestão racional dos recursos públicos. A fragmentação excessiva em aquisições por item resultaria em excesso de contratos, aumento de burocracia, maior complexidade operacional e dificuldades logísticas, o que contraria os princípios da eficiência e razoabilidade na Administração Pública.

20.2.2. Dessa forma, a formação de lotes permite uma gestão mais eficaz dos contratos, facilita o controle dos recebimentos e otimiza o tempo das equipes responsáveis pela fiscalização e armazenamento dos produtos. Além disso, contribui para a redução de custos administrativos,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

eliminação de retrabalho e simplificação do fluxo de aquisição e entrega, garantindo maior eficiência e controle no processo licitatório.

21.0. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

21.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que seja comprovado o interesse da Administração e a vantajosidade em sua prorrogação.

22.0. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

22.1. Durante a vigência do contrato e eventuais aditamentos, a contratada deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

22.2. O cumprimento das cláusulas contratuais será fiscalizado pelo gestor e fiscal do contrato, conforme descrito neste Termo de Referência.

23.0. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

- . Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Empresa(s) Vencedora(s), de acordo com o instrumento firmado;
- . Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- . Notificar a(s) Empresa(s) Vencedora(s), por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na execução do objeto, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- . Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Detentora do Contrato;
- . Efetuar o pagamento à(s) Empresa(s) Vencedora(s) do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no instrumento firmado;
- . Aplicar à(s) Empresa(s) Vencedora(s) as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do objeto;
- . Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Referência, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- . Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- . Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.
- . A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

24.0. OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

- . Fornecer o(s) produto(s) da forma solicitada, conforme especificações;
- . Entregar o(s) produto(s) rigorosamente em conformidade com todas as condições locais e prazos estipulados;
- . Responder por quaisquer danos causados diretamente ou indiretamente à Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, na entrega do equipamento e acessórios, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, mesmo que não haja fiscalização ou o acompanhamento da Instituição;
- . Arcar com todas as despesas decorrentes da entrega do equipamento e acessórios;
- . Comunicar qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- . Oferecer todos os produtos dentro da validade, novos, devidamente embalados;
- . Oferecer nota fiscal dentro das normas vigentes e contendo as indicações do processo de origem desta contratação, número do processo administrativo, número do certame licitatório, número da ata/contrato, número de empenho, descrição dos itens conforme este Termo de Referência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

. A Licitante vencedora se obriga a cumprir todas as exigências mínimas deste Termo e entregar o objeto de acordo com o solicitado, de primeira qualidade, atendendo as condições estipuladas.

. Será de responsabilidade da vencedora, todas as despesas em sua totalidade, e ainda as com tributos fiscais trabalhistas e sociais, que incidam ou venha a incidir, diretamente e indiretamente sobre o objeto adjudicado.

. Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na contratação.

. caso do detentor do registro seja microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo, deverá solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios;

. se compromete a não compartilhar informações obtidas direta ou indiretamente dentro do exercício de suas atividades com o Município, e obriga-se a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados.

25.0. DA SUBCONTRATAÇÃO

25.1. Conforme previsto nos §§ 1º e 2º do Artigo 75 do Decreto Municipal 2875/23, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes sobre a subcontratação:

25.2. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que desempenhe função na licitação, atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

25.3. É vedada a subcontratação da parcela principal do objeto, entendida como o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida a apresentação de atestados com o objetivo de comprovar a execução de serviço, pela licitante ou contratada, com características semelhantes.

26.0. DAS SANÇÕES

26.1. Constam da minuta da Ata de Registro de Preços as sanções administrativas aplicáveis, nos termos da Legislação vigente.

27.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

27.1. O julgamento será feito com base no menor preço por lote, observando-se:

- Conformidade com as especificações do Termo de Referência;
- Atendimento às normas sanitárias e regulatórias;
- Condições de entrega e armazenamento.

27.2. Os pedidos serão efetuados através do envio por e-mail, do Pedido de Empenho, desta forma, as empresas vencedoras deverão ao término do certame fornecer telefone e endereço eletrônico específicos para esse envio. Os pedidos enviados para esse endereço eletrônico serão considerados válidos e a alteração dos mesmos deve ser feita de forma oficial ao setor de compras, e só será aceita após confirmação por parte do Setor de Compras. Os materiais não enviados devido a alteração não autorizada dos contatos do fornecedor, não serão aceitos como justificativa para a não entrega dos pedidos e serão considerados como fora do prazo e sofrendo as penalidades previstas no edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

28.0. DESCRITIVO COMPLETO DO OBJETO

Item	Qtd	Unid	OBJETO
LOTE 1			
1	4.000	KG	ACEM/PEIXINHO/MAÇA DA PALETA BOVINA EM CUBOS/ PALETA-CONGELADA IQF - CUBOS COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 3X3X3 CM. Proveniente de espécie bovina, sadia, abatida sob inspeção veterinária. Durante o processamento, deve ser realizada a aparagem (eliminação de gordura, cartilagem e aponervoses). A carne bovina em cubos congelada IQF, no corte acém / peixinho / maçã da paleta, deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. A carne bovina picada deverá conter no MÁXIMO 5% DE GORDURA, ser isenta de cartilagens, de ossos, e conter no MÁXIMO 3% DE APONERVOSES. Embalagem: o produto deverá ser embalado em sacos de polietileno, biodegradável em conformidade com (norma ASTM D 5511), atóxica, alta termossoldabilidade (garantindo a hermeticidade), alta resistência à tração, perfuração e livre de odores estranhos. Em pacotes com peso de 01 a 02 kg. Rotulagem: o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. No rótulo da embalagem deverão estar impressas de forma clara e indelével as seguintes informações: Nome e endereço da empresa responsável pela manipulação e corte, constando obrigatoriamente número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e registro do SIF, SISP ou SIM; Identificação completa do produto, constando inclusive os dizeres: CARNE BOVINA EM CUBOS (acém /peixinho / maçã da paleta); Data de fabricação e prazo de validade. O produto deverá apresentar a data de embalagem inferior a 20 dias a partir da entrega; Temperatura de estocagem, armazenamento e/ou conservação; Peso líquido e número do lote. Características Gerais: o produto não deverá apresentar superfície pegajosa, exsudato ou partes flácidas ou de consistência anormal, com indícios de fermentação pútrida. Transporte: veículo de transporte deverá estar limpo e ser capaz de manter a temperatura ideal de conservação. O motorista e ajudante de transporte devem estar devidamente uniformizados para as entregas.
2	5.000	KG	BOLINHO MISTO Deverá conter apenas: carne bovina, carne suína e temperos naturais. Peso unitário de 15 a 25 gramas. Contendo no mínimo carnes (70% bovina e 30% suína). Embalagem de polietileno de baixa densidade, sem perfurações ou vazamentos. Etiqueta: litografada ou colada externamente na embalagem, desde que seja resistente ao processo de armazenamento e distribuição (que não desprenda da embalagem ou não se apague). Deverá constar na etiqueta: lote / validade / volume bruto e líquido do produto. Registro: no ministério da agricultura, pecuária e abastecimento, comprovando que o produto é IQF. Transportados em condições que preservem tanto as características do alimento congelado, como também a qualidade do mesmo quanto às características físico-químicas, o veículo de entrega deverá estar de acordo com as normas sanitárias vigentes. O produto não deverá necessitar de nenhum tipo de limpeza ou pré-preparo. Nome e endereço do abatedouro, constando obrigatoriamente número do registro no ministério da agricultura, SIF/DIPOA e registro de inspeção do SIF,SISB,SISP e SIM; Identificações completas do produto, constando inclusive os dizeres: Bolinho Misto; Data de fabricação, prazo de validade e prazo máximo de conservação; Temperatura de estocagem, armazenamento e conservação; Peso líquido. Características gerais: o produto não deverá apresentar superfície pegajosa ou de consistência anormal, com indícios de fermentação pútrida. Transporte: veículo de transporte deverá estar limpo e ser capaz de manter a temperatura ideal de conservação. O motorista ou ajudante de transporte devem estar devidamente uniformizados para as entregas. Prazo mínimo de validade 3 meses a partir da data de entrega. Peso Líquido 2 kg



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

3	15.000	KG	CARNE MOIDA DE BOVINO (CARNE DE PRIMEIRA CATEGORIA - PATINHO) CONGELADA IQF Proveniente da moagem de massas musculares da espécie bovina, animais sadios, abatidos sob inspeção veterinária. A carne bovina moída congelada IQF, do corte patinho, deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. A carne bovina moída deverá conter no máximo 6,0% de gordura, ser isenta de cartilagens, de ossos e conter no máximo 3% de água (Instrução Normativa nº 83 - 21/11/2003, Anexo II). Características Sensoriais (Instrução Normativa nº 83 - 21/11/2003, Anexo II): Cor: característica; Textura: característica; Sabor: característico; Odor: característico; Fatores Essenciais de Qualidade (Instrução Normativa nº 83 - 21/11/2003, Anexo II): Matéria-Prima: carne congelada, não se permitindo a utilização de carne "quente"; A matéria-prima utilizada deverá estar isenta de tecidos inferiores como ossos, cartilagens, gordura parcial, aponervoses, tendões, coágulos, nodos linfáticos, etc; Não será permitida a obtenção do produto a partir de moagem de carnes oriundas da raspa de ossos e carne mecanicamente separada. Não serão permitidos aditivos e coadjuvantes de Tecnologia/Elaboração. Embalagem: o produto deverá ser embalado em sacos de polietileno, biodegradável em conformidade com (norma astm d 5511), atóxica, alta termossoldabilidade (garantindo a hermeticidade), alta resistência à tração, perfuração e livre de odores estranhos. PACOTES COM PESO DE 01 a 02 KG, sendo que os pacotes deverão ter espessura igual ou menor que 15 cm, NÃO DEVENDO SER AMARRADO À MÃO e acondicionados em caixas lacradas. Rotulagem: o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. No rótulo da embalagem deverão estar impressas de forma clara e indelével as seguintes informações: Nome e endereço da empresa responsável pela manipulação e corte, constando obrigatoriamente número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e registro do SIF, SISP ou SIM; Identificações completas do produto, constando inclusive os dizeres: CARNE BOVINA MOÍDA (patinho); Data de fabricação e prazo de validade. O produto deverá apresentar a data de embalagem inferior a 20 dias a partir da entrega; Temperatura de estocagem, armazenamento e/ou conservação; Peso líquido e número do lote. Características Gerais: o produto não deverá apresentar superfície pegajosa, exsudato ou partes flácidas ou de consistência anormal, com indícios de fermentação pútrida. Transporte: veículo de transporte deverá estar limpo e ser capaz de manter a temperatura ideal de conservação. O motorista e ajudante de transporte devem estar devidamente uniformizados para as entregas.
4	500	KG	HAMBURGUER CARNE BOVINA IQF Especificação técnica: hamburguer de carne bovina congelado IQF, composta de carne bovina, água, enriquecido com ora-pro-nóbis, sem pimenta, ausência de fragmentos de ossos, peles, cartilagens, intestinos, nervos; transportada e conservada em temperatura de -12°C ou mais frio. Pesando 60 gramas cada unidade. Embalagem primária plástica, atóxica, litografada, apropriada para alimentos com peso de 2kg por pacote; embalagem secundária caixa de papelão reforçado com validade mínima de 6 meses na data da entrega e suas condições deverão estar de acordo com CDR 331/19, IN60/19 (anvisa), RDC 259/02, RDC 360/03, decreto 9.013/17 instrução normativa 20/00 (MAPA) e alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced adm. Determinados pelo mapa e anvisa.
5	5.000	KG	CARNE CONGELADA IQF DE BOVINO SEM OSSOS - PATINHO - ISCAS Congelamento com tecnologia IQF para congelamento individual das tiras/iscas. Embalagem: primária: o produto deverá ser embalado em sacos de polietileno, biodegradável em conformidade com (norma ASTM D 5511), atóxica, alta termossoldabilidade (garantindo a hermeticidade), alta resistência à tração, perfuração e livre de odores estranhos. Embalagem Secundária: caixa de papelão reforçada, lacrada com fita adesiva. Rotulagem: o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. No rótulo da embalagem deverão estar impressas de forma clara e indelével as seguintes informações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

			Nome e endereço do abatedouro, constando obrigatoriamente número do registro no Ministério da Agricultura, SIF/DIPOA e registro de inspeção do SIF; Identificações completas do produto, constando inclusive os dizeres: Carne Congelada IQF de Bovino sem Ossos – Patinho – Iscas ; Data de fabricação, prazo de validade e prazo máximo de conservação; Temperatura de estocagem, armazenamento e conservação; Peso líquido. Características Gerais: o produto não deverá apresentar superfície pegajosa ou de consistência anormal, com indícios de fermentação pútrida. Transporte: veículo de transporte deverá estar limpo e ser capaz de manter a temperatura ideal de conservação. O motorista ou ajudante de transporte devem estar devidamente uniformizados para as entregas. Prazo mínimo de validade 8 a 10 Meses a partir da data de entrega. Peso Líquido 2 kg.
6	3.000	KG	CARNE BOVINA PALETA EM BIFES COM ESPECIARIAS NATURAIS, CONGELA IQF Características gerais do produto: carne bovina proveniente de corte denominado paleta, processado na forma de bifes, pesando aproximadamente 25g, medindo entre 5 e 6 cm x 3 cm x 1, isento de veias, aponeuroses, cartilagens, intestinos, tendões, ou fragmentos de ossos e outros tecidos inferiores. Ingredientes: carne bovina, água aprox. 2,5%, temperos diversos Isento de glutamatomonossódico. Não contém glúten. Não contém alergênicos. Embalagem primária plástica, atóxica, apropriada para alimentos com peso de 2kg por pacote; Embalagem Secundária: caixa de papelão reforçada, lacrada com fita adesiva. Rotulagem: o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. No rótulo da embalagem deverão estar impressas de forma clara e indelével as seguintes informações: Nome e endereço do abatedouro, constando obrigatoriamente número do registro no Ministério da Agricultura, SIF/DIPOA e registro de inspeção do SIF; Identificações completas do produto, constando inclusive os dizeres: Carne Congelada IQF de Bovino sem Ossos – Paleta em bifes ; Data de fabricação, prazo de validade e prazo máximo de conservação; Temperatura de estocagem, armazenamento e conservação; Peso líquido. Características Gerais: o produto não deverá apresentar superfície pegajosa ou de consistência anormal, com indícios de fermentação pútrida. Transporte: veículo de transporte deverá estar limpo e ser capaz de manter a temperatura ideal de conservação. O motorista ou ajudante de transporte devem estar devidamente uniformizados para as entregas. Prazo mínimo de validade 6 a 10 Meses a partir da data de entrega. Peso Líquido 2 kg.
7	1.900	KG	CARNE IN NATURA BIFE A ROLE, BOVINO IQF Ingredientes: Bife a role de carne bovina recheado com cenoura e vagem, isento de glutamato monossódico - role fixo por cola comestível, isentos de objetos perfurantes;- produto congelado IQF, peso médio unitário de 50g a 60g. Embalagem primária: sacos de polietileno de 1 a 3kg. Embalagem secundária: caixas de papelão resistente, lacradas, com 10 a 16kg. A embalagem primária deverá ser biodegradável em conformidade com a norma ASTM D 5511 e aprovada para contato com alimentos de acordo com a legislação vigente (e atualizações, quando houver), em especial: Resolução RDC nº 51, de 26/11/2010, ANVISA/MS; Resolução RDC nº 52, de 26/11/2010, ANVISA/MS e Resolução RDC nº 56, de 16/11/2012, ANVISA/MS), e alterações posteriores. Deverá ser apresentada em saco plástico biodegradável com alta transparência. O material deverá ser: atóxico, biodegradável, de alta termossoldabilidade (garantindo a hermeticidade até a utilização final), alta resistência à tração e/ou perfuração, e livre de odores estranhos.

LOTE 2

8	1.000	KG	BOLINHO DE CARNE DE FRANGO IQF Deverá conter apenas: carne de frango. Peso unitário de 15 a 25 gramas. Contendo no mínimo 50% sobrecoxa e 50% peito, sal e orapronobis. Embalagem de polietileno de baixa densidade, sem perfurações ou vazamentos. Etiqueta: litografada, constando: lote/validade /volume bruto e líquido do produto,
---	-------	----	---



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

			registro: no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, comprovando que o produto é IQF. Transportados em condições que preservem tanto as características do alimento congelado, como também a qualidade do mesmo quanto às características físico-químicas. O veículo de entrega deverá estar de acordo com as normas sanitárias vigentes. O produto não deverá necessitar de nenhum tipo de limpeza ou pré-preparo. Validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem de 2 (dois) quilos.
9	15.000	KG	CORTES CONGELADOS IQF DE FRANGO - PEITO DE FRANGO - SEM OSSO E EM CUBOS Proveniente de animais sadios, abatidos sob inspeção veterinária, manipulados em condições higiênicas. O corte de frango – PEITO DE FRANGO EM CUBOS - deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Embalagem: primária: o produto deverá ser embalado em sacos de polietileno, biodegradável em conformidade com (norma astm d 5511), atóxica, alta termossoldabilidade (garantindo a hermeticidade), alta resistência à tração, perfuração e livre de odores estranhos. em pacotes com peso aproximado de 01 (UM) a 02 (DOIS) kg. Secundária: os pacotes deverão estar reembalados em CAIXAS DE PAPELÃO reforçado, envolto por plástico flexível, atóxica, com peso líquido de 15 (quinze) a 18 (dezoito) kg. Rotulagem: o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. No rótulo da embalagem deverão estar impressas de forma clara e indelével as seguintes informações: Nome e endereço do abatedouro, constando obrigatoriamente número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e registro do SIF; Identificação completa do produto, constando inclusive os dizeres: CORTES CONGELADOS IQF DE FRANGO – PEITO DE FRANGO EM CUBOS. Data de fabricação e prazo de validade; Temperatura de estocagem, armazenamento e conservação; Peso líquido e número do lote. Características Gerais: o produto não deverá apresentar superfície pegajosa, exsudato ou partes flácidas ou de consistência anormal, com indícios de fermentação pútrida. O produto a ser entregue NÃO DEVERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 06 MESES. Transporte: veículo de transporte estar limpo e ser capaz de manter a temperatura ideal de conservação. O motorista e ajudante de transporte devem estar devidamente uniformizados para as entregas.
10	2.000	KG	CORTES CONGELADOS DE FRANGO - COXA E SOBRECOXA Proveniente de animais sadios, abatidos sob inspeção veterinária, manipulados em condições higiênicas. O corte de frango – Coxa e Sobrecoxa - deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Embalagem: Primária: o produto deverá ser embalado em embalagem plástica flexível, atóxica, resistente, transparente, em pacotes com peso aproximado de 01 (UM) a 03 (TRES) kg; Secundária: os pacotes deverão estar reembalados em CAIXAS DE PAPELÃO reforçado, envolto por plástico flexível, atóxica, com peso líquido de 15 (quinze) a 18 (dezoito) kg. Rotulagem: o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. No rótulo da embalagem deverão estar impressas de forma clara e indelével as seguintes informações: Nome e endereço do abatedouro, constando obrigatoriamente número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e registro do SIF; Identificação completa do produto, constando inclusive os dizeres: CORTES CONGELADOS DE FRANGO – COXA E SOBRECOXA; Data de fabricação e prazo de validade; Temperatura de estocagem, armazenamento e conservação; Peso líquido e número do lote. Características Gerais: o produto não deverá apresentar superfície pegajosa, exsudato ou partes flácidas ou de consistência anormal, com indícios de fermentação pútrida. O produto a ser entregue NÃO DEVERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 06 MESES. Transporte: veículo de transporte deverá estar limpo e ser capaz de manter a temperatura ideal de conservação. O motorista e ajudante de transporte devem estar devidamente uniformizados para as entregas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

11	2.000	KG	CORTES CONGELADOS IQF DE FRANGO- SOBRECOXA SEM PELE/OSSO Proveniente de animais sadios, abatidos sob inspeção veterinária, manipulados em condições higiênicas. O corte de frango – Sobrecoxa sem pele e Osso - deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Embalagem: Primária: o produto deverá ser embalado em embalagem plástica flexível, atóxica, resistente, transparente, em pacotes com peso aproximado de 01 (UM) a 02 (DOIS) kg. Secundária: os pacotes deverão estar reembalados em CAIXAS DE PAPELÃO reforçado, envolto por plástico flexível, atóxica, com peso líquido de 15 (quinze) a 18 (dezoito) kg. Rotulagem: o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. No rótulo da embalagem deverão estar impressas de forma clara e indelével as seguintes informações: Nome e endereço do abatedouro, constando obrigatoriamente registro do SIF; Identificação completa do produto, constando inclusive os dizeres: CORTES CONGELADOS IQF DE FRANGO – SOBRECOXASEM PELE E OSSO; Data de fabricação e prazo de validade; Temperatura de estocagem, armazenamento e conservação; Peso líquido. Características Gerais: o produto não deverá apresentar superfície pegajosa, exsudato ou partes flácidas ou de consistência anormal, com indícios de fermentação pútrida. O produto a ser entregue NÃO DEVERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 06 MESES. Transporte: veículo de transporte deverá estar limpo e ser capaz de manter a temperatura ideal de conservação. O motorista e ajudante de transporte devem estar devidamente uniformizados para as entregas.
12	2.000	KG	CARNE DE FRANGO PEITO EM FORMA DE TIRAS COM ESPECIARIAS NATURAIS IQF Proveniente de animais sadios, abatidos sob inspeção veterinária, manipulados em condições higiênicas. O corte de frango – Peito de frango em tiras - sem osso e sem pele, manipulado em condições higiênicas, proveniente de animais em boas condições de saúde, abatidos sob inspeção veterinária. Temperos diversos, sem quaisquer tipos de conservantes, pimenta, glutamato monossódico, aditivos químicos, estabilizantes, aromatizantes, conservantes e corantes. Embalagem: Primária: o produto deverá ser embalado em embalagem plástica flexível, atóxica, resistente, transparente, em pacotes com peso aproximado de 01 (UM) a 02 (DOIS) kg. Secundária: os pacotes deverão estar reembalados em CAIXAS DE PAPELÃO reforçado, envolto por plástico flexível, atóxica, com peso líquido de 15 (quinze) a 18 (dezoito) kg. Rotulagem: o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. No rótulo da embalagem deverão estar impressas de forma clara e indelével as seguintes informações: Nome e endereço do abatedouro, constando obrigatoriamente registro do SIF; Identificação completa do produto, constando inclusive os dizeres: CARNE DE FRANGO PEITO EM FORMA DE TIRAS COM ESPECIARIAS NATURAIS IQF; Data de fabricação e prazo de validade; Temperatura de estocagem, armazenamento e conservação; Peso líquido. Características Gerais: o produto não deverá apresentar superfície pegajosa, exsudato ou partes flácidas ou de consistência anormal, com indícios de fermentação pútrida. O produto a ser entregue NÃO DEVERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 06 MESES. Transporte: veículo de transporte deverá estar limpo e ser capaz de manter a temperatura ideal de conservação. O motorista e ajudante de transporte devem estar devidamente uniformizados para as entregas
13	500	KG	EMPANADOS CONGELADOS DE AVES COM LEGUMES (NUGGETS) Carne de frango moída, recortes de filé de peito, ou coxa e sobrecoxa, farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico. Devem apresentar peso unitário de aproximadamente 18g. Os PEDAÇOS TEMPERADOS, EMPANADOS E CONGELADOS DE AVES devem apresentar-se livres de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Embalagem - Secundária: caixa de papelão reforçado constituída de tampa e fundo envoltos em filme de PVC termoencolhível, resistente ao transporte com 2 kg. Rotulagem: o produto deverá ser rotulado de acordo com a



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

			legislação vigente. No rótulo da embalagem deverão estar impressas de forma clara e indelével as seguintes informações: Nome e endereço do abatedouro, constando obrigatoriamente registro do SIF; Identificação completa do produto, constando inclusive os dizeres: EMPANADOS CONGELADOS DE AVES; Data de fabricação, prazo de validade e prazo máximo de conservação; Temperatura de estocagem, armazenamento e conservação; Peso líquido. Características Gerais: o produto não deverá apresentar superfície pegajosa, exsudato ou partes flácidas ou de consistência anormal, com indícios de fermentação pútrida. O produto a ser entregue não deverá ter validade inferior a 03 meses. Na entrega do produto, deverá ter data de fabricação mínima de 30 dias. Transporte: veículo de transporte estar limpo e ser capaz de manter a temperatura ideal de conservação. O motorista e ajudante de transporte devem estar devidamente uniformizados para as entregas.
14	500	KG	PEITO DE FRANGO INTEIRO CONGELADO A apresentando cor amarelo rosada, sem escurecimento ou manchas esverdeadas, acondicionado em embalagem plástica, com registro no ministério da agricultura – SIF, SISB, SISP e SIM. Informações do fabricante, especificações do produto e data de vencimento estampado na embalagem. Embalagem com aproximadamente 2,5kg
15	800	KG	CARNE EM NATURA BIFE A ROLE DE FRANGO IQF Bife a role de frango com cenoura e vagem preparado com file de peito de frango e legumes (cenoura e vagem), isento de glutamato monossódico; role fixo por cola comestível, isentos de objetos perfurantes; produto congelado em IQF - peso médio unitário de 50g a 60. Embalagem primária: sacos de polietileno de 1 a 5kg;- embalagem secundária: caixas de papelão resistente, lacradas, com 10kg a 16kg. A embalagem primária deverá ser biodegradável em conformidade com a norma ASTM D 5511 e aprovada para contato com alimentos de acordo com a legislação vigente (e atualizações, quando houver), em especial: Resolução RDC nº 51, de 26/11/2010, ANVISA/MS; Resolução RDC nº 52, de 26/11/2010, ANVISA/MS e Resolução RDC nº 56, de 16/11/2012, ANVISA/MS), e alterações posteriores. Deverá ser apresentada em saco plástico biodegradável com alta transparência. O material deverá ser: atóxico, biodegradável, de alta termossoldabilidade (garantindo a hermeticidade até a utilização final), alta resistência à tração e/ou perfuração, e livre de odores estranhos.

LOTE 03

16	5.000	KG	LINGUIÇA TOSCANA Proveniente de carne suína, temperos diversos. O produto não deverá conter materiais estranhos ao processo de industrialização, isento de sujidades, parasitas e larvas. Deve conter obrigatoriamente registro de inspeção sanitária (SIF ou SISP). Embalagem: deverá ser embalados a vácuo em embalagem plástica, flexível, atóxica, resistente, transparente, em pacotes com peso de 05 (cinco) kg, e protegidas externamente em caixas de papelão rotulada e reforçadas, com abas inferiores e superiores totalmente lacradas. Rotulagem: o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. No rótulo da embalagem deverão estar impressas de forma clara e indelével as seguintes informações: Nome e endereço do abatedouro, constando obrigatoriamente registro do SIF; Identificações completas do produto, constando inclusive os dizeres: LINGUIÇA TOSCANA; Data de fabricação, prazo de validade e prazo máximo de conservação; Temperatura de estocagem, armazenamento e conservação; Peso líquido. Características Gerais: o produto não deverá apresentar superfície pegajosa ou de consistência anormal, com indícios de fermentação pútrida. O produto a ser entregue não deverá ter validade inferior a 02 meses. Transporte: veículo de transporte deverá estar limpo e ser capaz de manter a temperatura ideal de conservação. O motorista e ajudante de transporte devem estar devidamente uniformizados para as entregas.
----	-------	----	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

17	5.000	KG	SALSICHA - TIPO HOT DOG - CONGELADA Proveniente de Carne mecanicamente separada de ave, carne de frango. Apresentando-se em gomos uniformes e padronizados. Embalagem: as salsichas deverão pesar aproximadas 50g cada, deverá ser embalado a vácuo em embalagem plástica flexível, atóxica, resistente, transparente, em PACOTES COM PESO DE 03 (TRÊS) a 05 (CINCO) kg, e protegidas externamente em caixas de papelão rotulada e reforçadas, com abas inferiores e superiores totalmente lacradas. Rotulagem: o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. No rótulo da embalagem deverão estar impressas de forma clara e indelével as seguintes informações: Nome e endereço do abatedouro, constando obrigatoriamente número do registro no Ministério da Agricultura, SIF/DIPOA e registro de inspeção do SIF; Identificações completas do produto, constando inclusive os dizeres: SALSICHA – TIPO HOT DOG; Data de fabricação, prazo de validade e prazo máximo de conservação; Temperatura de estocagem, armazenamento e conservação; Peso líquido. Características Gerais: o produto não deverá apresentar superfície pegajosa ou de consistência anormal, com indícios de fermentação pútrida. O produto a ser entregue não deverá ter validade inferior a 60 dias. Transporte: veículo de transporte deverá estar limpo e ser capaz de manter a temperatura ideal de conservação. O motorista ou ajudante de transporte devem estar devidamente uniformizados para as entregas.
----	-------	----	--

LOTE 04

18	8.000	KG	PERNIL SUINO: SEM PELE, CORTADO EM TIRAS OU CUBOS Produto com aproximadamente 4cm x 4cm x 4cm, in natura, sem gordura, congelado IQF. Com aspecto, cor e cheiro característicos. Livre de parasitas, micróbios e qualquer substância nociva. Embalagem: o produto deverá ser embalado em sacos de polietileno, biodegradável em conformidade com (norma astm d 5511), atóxica, alta termossoldabilidade (garantindo a hermeticidade), alta resistência à tração, perfuração e livre de odores estranhos em pacotes com peso aproximado de 01 (um) a 02 (dois) kg. Rotulagem: o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. No rótulo da embalagem deverão estar impressas de forma clara e indelével as seguintes informações: Nome e endereço do abatedouro, constando obrigatoriamente registro do SIF; Identificações completas do produto, constando inclusive os dizeres: PERNIL SUÍNO: SEM PELE, CORTADO EM CUBOS ; Data de fabricação, prazo de validade e prazo máximo de conservação; Temperatura de estocagem, armazenamento e conservação; Características Gerais: o produto não deverá apresentar superfície pegajosa ou de consistência anormal, com indícios de fermentação pútrida. O produto a ser entregue não deverá ter validade inferior a 03 meses. Transporte: veículo de transporte deverá estar limpo e ser capaz de manter a temperatura ideal de conservação. O motorista e ajudante de transporte devem estar devidamente uniformizados para as entregas.
----	-------	----	---



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

19	5.000	KG	CARNE TEMPERADA CONGELADA DE SUINO SEM OSSO - FILE MIGNON (MEDALÃO IQF) Características gerais do produto: Carne suína proveniente de corte denominado File Mignon, processado na forma de medalhões, pesando 50g aproximadamente, podendo variar de 50g a 70g, isento de veias, aponeuroses, cartilagens, intestinos, tendões, ou fragmentos ossos e outros tecidos inferiores. Contendo: Carne suína, água aprox. (2,5%). Embalagem primária: em saco plástico polietileno de baixa densidade, transparente, termo-soldado, atóxico, contendo 02 Kg. Nó rótulo da embalagem devem constar de forma clara as seguintes informações: nome do produto, nome do fabricante, data de fabricação, data de validade, peso líquido, número do lote, número do registro do produto no órgão competente, carimbo do SIF/ SISP. Deverá estar de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 24/11/2005. Embalagem secundária: caixa de papelão resistente contendo 12 a 24 Kg.
20	2.000	KG	LOMBO SUINO EMPANADO Especificação: lombo de suino fatiado, farinha para empanar (farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico. Embalagem primária: sistema plástico termossoldado, transparente, resistente e atóxico, compatível ao contato direto com alimentos. Capacidade de acondicionamento: 700g. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada, resistente ao impacto e as condições de estocagem em sistema de congelamento. Capacidade para 10kg.

LOTE 05

21	6.000	KG	PRESUNTO - PEÇAS INTEIRAS - RESFRIADO E SEM CAPA DE GORDURA Proveniente de carne suína, sal, especiarias naturais e podendo conter aditivos permitidos pela legislação vigente SEM ADIÇÃO DE GLUTEN. Embalagem deverá ser embalado em embalagem plástica flexível, atóxica, resistente e protegidos externamente em caixas de papelão rotulada e reforçadas, com abas inferiores a superiores totalmente lacradas. Rotulagem: o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. No rótulo da embalagem deverão estar impressas de forma clara e indelével as seguintes informações: Nome e endereço do abatedouro, constando obrigatoriamente registro do SIF; Identificações completas do produto, Data de fabricação e prazo de validade; Temperatura de estocagem, armazenamento e/ou conservação. Características Gerais o produto não deverá apresentar superfície pegajosa ou de consistência anormal, com indícios de fermentação pútrida. NA ENTREGA DO PRODUTO, DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO MINIMA DE 30 DIAS. Transporte: veículo de transporte deverá estar limpo e e ser capaz de manter a temperatura ideal de conservação. O motorista e ajudante de transporte devem estar devidamente uniformizados para as entregas. Peça com aproximadamente 3,5kg
22	4.000	KG	QUEIJO MUSSARELA Especificação queijo que se obtém por filtragem de uma massa acidificada, (produto intermediário obtido por coagulação de leite por meio de coalho e/ou outras enzimas coagulantes apropriadas, completada ou não pela ação de bactérias lácticas específicas. Classificação: o queijo mussarela (mozzarella), de acordo com o estabelecido no item 4.2.3 da portaria nº 364 de 04/09/1997 6 um queijo de média, alta ou muito alta humidade e extra gordo, gorda e semigordo segundo a classificação estabelecida no regulamento técnico de identidade e qualidade de queijos. O produto final deverá ter formato de paralelepípedo. O acondicionamento do queijo mussarela deverá ser em saco termoencolhível ou filme termofórmável, impresso, acondicionadas em caixas de papelão. Prazo de validade no mínimo 30 dias. As condições deverão estar de acordo com a NTA-11 (decreto 12486 de 20/10/78) e (MA. 2244/97), Portaria Nº 364, de 4 de setembro de 1997 e suas alterações posteriores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

23	3.000	Unid	REQUEIJÃO CREMOSO 200 GRAMAS Composição básica: Leite desnatado, Creme de Leite, Sal, Fermento lácteo e aditivos permitidos em lei. Acondicionado em embalagem apropriada e suas condições deverão estar de acordo com a Portaria nº 359, de 04/09/97 do MAPA. O rótulo deverá seguir a Instrução Normativa N° 22, de 24/11/05, do MAPA, devendo apresentar identificação e contato do fornecedor, nome do produto, peso, prazo de validade, informações nutricionais e selo de inspeção sanitária. Frascos de 200 gramas.
24	2.000	KG	MORTADELA PEÇA INTEIRA Proveniente de carne suína, carne mecanicamente separada de aves, toucinho, sal, especiarias naturais, e conter aditivos permitidos pela legislação vigente. Embalagem: deverá ser embalados em embalagem plástica flexível, atóxica, resistente e protegidos externamente em caixas de papelão rotulada e reforçadas, com abas inferiores e superiores totalmente lacradas. Rotulagem: no rótulo da embalagem deverão estar impressas de forma clara e indelével as seguintes informações: Identificações completas do produto, constando inclusive os dizeres: RESPECTIVA MARCA; Data de fabricação e prazo de validade com mínimo de 2 mês; Temperatura de estocagem, armazenamento e/ou conservação; Peso líquido. Características Gerais: o produto não deverá apresentar superfície pegajosa ou de consistência anormal, com indícios de fermentação pútrida. Transporte: veículo de transporte deverá estar limpo e ser capaz de manter a temperatura ideal de conservação. O motorista e ajudante de transporte devem estar devidamente uniformizados para as entregas.
25	2.000	KG	QUEIJO TIPO PRATO - PEÇAS INTEIRAS Proveniente de leite de bovino, coalho, sal e conter aditivos permitidos pela legislação vigente – SEM ADIÇÃO DE GLÚTEN. Embalagem: as peças deverão ser embaladas em embalagem plástica flexível, atóxica, resistente com peso médio de 04 (quatro) kg, e protegidas externamente em caixas de papelão rotulada e reforçadas, com abas inferiores e superiores totalmente lacradas. Rotulagem: o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. No rótulo da embalagem deverão estar impressas de forma clara e indelével as seguintes informações: Nome e endereço do abatedouro, constando obrigatoriamente registro do SIF; Identificações completas do produto, constando inclusive os dizeres: QUEIJO TIPO PRATO; Data de fabricação e prazo de validade; Temperatura de estocagem, armazenamento e/ou conservação. Características Gerais: o produto não deverá apresentar superfície pegajosa ou de consistência anormal, com indícios de fermentação pútrida. NO ATO DA ENTREGA O PRODUTO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO MÍNIMA DE 30 DIAS. Transporte: veículo de transporte deverá estar limpo e ser capaz de manter a temperatura ideal de conservação. O motorista ou ajudante de transporte devem estar devidamente uniformizados para as entregas. Peça com aproximadamente 3,5kg.

LOTE 6

26	50.000	Unid	IOGURTE COM PREPARADO DE MORANGO: SABOR MORANGO Validade mínima de 45 dias na data da entrega, contendo número de registro do produto no órgão competente. Garrafa plástica rígida contendo 140ml.
27	15.000	Unid	IOGURTE INTEGRAL COM POLPA DE BANANA Descrição completa: iogurte integral com polpa de banana, sem conservantes, sem açúcar. Ingredientes: Devidamente rotulado. Embalagem: plástico flexível de polietileno, peso líquido: 130g. Validade 21 dias a partir da data de fabricação.
28	5.000	KG	PÃO DE QUEIJO ASSADO E CONGELADO Ingredientes: fécula de mandioca, água, ovos, óleo de soja, soro de leite, queijo, e sal. Embalagem: deverão pesar aproximadas 18g cada, deverá ser embalado em embalagem plástica flexível, atóxica, resistente, transparente, em PACOTES COM PESO DE 01 (um) a 03 (tres) kg, e protegidas externamente em caixas de papelão rotulada e reforçadas, com abas inferiores e superiores totalmente



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

			lacradas. Rotulagem: o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. No rótulo da embalagem deverão estar impressas de forma clara e indelével as seguintes informações: Nome e endereço do abatedouro, constando obrigatoriamente número do registro no Ministério da Agricultura, SIF/DIPOA e registro de inspeção do SIF, SISB, SISP OU SIM; Identificações completas do produto, constando inclusive os dizeres: PÃO DE QUEIJO; Data de fabricação, prazo de validade e prazo máximo de conservação; Temperatura de estocagem, armazenamento e conservação; Peso líquido. Características Gerais: o produto não deverá apresentar superfície pegajosa ou de consistência anormal, com indícios de fermentação pútrida. O produto a ser entregue não deverá ter validade inferior a 60 dias. Transporte: veículo de transporte deverá estar limpo e ser capaz de manter a temperatura ideal de conservação. O motorista ou ajudante de transporte devem estar devidamente uniformizados para as entregas.
--	--	--	---



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

ANEXO II – PREGÃO ELETRÔNICO nº 024/2025

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

RAZÃO SOCIAL: _____
CNPJ: _____
INSCR. ESTADUAL: _____
ENDEREÇO: _____
TELEFONE(S): _____
E-MAIL PARA ENVIO DA ATA: _____
E-MAIL PARA PEDIDOS: _____
RESPONSÁVEL POR ASSINAR A ATA: _____
CPF DO RESPONSÁVEL: _____
E-MAIL PESSOAL DO RESPONSÁVEL: _____
E-MAIL PROFISSIONAL DO RESPONSÁVEL: _____
TELEFONE(S) DO RESPONSÁVEL: _____

As informações acima são obrigatórias, serão utilizadas no cadastro da empresa no sistema da prefeitura e no Tribunal de Contas, assim como, para o preenchimento do CONTRATO/ATA, desta forma, o preenchimento indevido pode ocasionar atrasos e/ou cancelamento dos contratos.

Apresentamos e submetemos à apreciação, nossa Proposta relativa à Licitação em referência, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

Item	Qtde.	Un.	Descrição	Marca/Fabricante	Valor unitário	Valor total

Declaro, sob as penas da Lei, que o(s) produto(s) ofertado(s) atende(m) plenamente o descritivo bem como as normas técnicas pertinentes.

Declaro de que os preços ofertados correspondem ao do mercado, e que a proposta foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo não foi informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, bem como que não tentei influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação, e que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado à administração antes da abertura oficial da proposta, tampouco que recebi informações nesse sentido da administração, e que caso haja indícios de que isso não corresponda à verdade, tenho ciência de que poderei ser investigado pelos crimes e infrações cabíveis, inclusive o representante da empresa durante a sessão, e eximo a administração pública de qualquer responsabilidade nesse sentido por força do art. 2º, II, da Lei 13.874/19.

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de entrega da proposta.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante legal
CPF nº _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

4. O registro de preços não configura um compromisso de aquisição, mas sim uma mera expectativa de fornecimento. Dessa forma, o município não está vinculado à obrigatoriedade de adquirir quantidades mínimas de quaisquer itens constantes na ata.
5. Os produtos deverão ser entregues em local a ser indicado pela Administração, em lotes conforme necessidade;
6. As entregas devem ocorrer em horário comercial, com agendamento para recebimento;
7. Produtos que não estejam em conformidade com os termos estabelecidos neste documento, serão rejeitados e deverão ser substituídos imediatamente pelo fornecedor, com prazo máximo de tolerância de 48h.
8. Prazo de entrega: 03 dias úteis, a contar da solicitação do Departamento requisitante.
9. Os objetos deverão ser executados de forma parcelada, após o recebimento do pedido de empenho, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas, e os locais indicados nos respectivos pedidos de empenho.
10. O objeto desta licitação, deverá ser entregue de acordo com as solicitações, pelo período de 12 (doze) meses. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato/ata, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
11. O objeto da presente licitação será recebido provisoriamente, no ato da entrega do serviço, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações deste Edital.
12. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Contratante poderá:
 - a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, em até 02 (dois) dias;
 - b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, em até 02 (dois) dias;
 - b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, em até 02 (dois) dias;
13. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente, após verificação do atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas.
14. O recebimento definitivo se dará em até 05 (cinco) dias úteis da entrega, após verificação da qualidade, quantidade do item, com a sua consequente aceitação, que ficará a cargo do fiscal de contrato, responsável pelo recebimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência/validade de 1 ano, podendo ser prorrogada por igual período, a critério da Administração, desde que comprovada a vantajosidade.
2. A vigência da Ata de Registro de Preços iniciar-se-á após a sua publicação.

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

1. As atividades de gestão e fiscalização do contrato serão realizadas de acordo com as seguintes disposições:

I- Gestão do contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

II- Fiscalização técnica: é o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa;

III- Fiscalização administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

2. A responsabilidade pela gestão deste Contrato ficará a cargo deste município, através da Sra. Renata de Moura Oliveira, diretora municipal de Educação, que também será responsável pelo recebimento e atesto do documento.

3. A fiscalização Técnica deste Contrato, assim como a administrativa será realizada pelas servidoras Beatriz Ticiano Gallis e Natalia Botton de Souza Bulsonaro (nutricionistas municipais) - email: nutri@itapui.sp.gov.br.

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

1. A despesa estimada será da seguinte dotação orçamentária: 01.05. Cultura e Turismo, 01.06. Desenvolvimento Social, 01.07. Educação, 01.08 Esportes e Lazer e 01.11. Saúde; 3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Pessoa Jurídica; Fonte de Recurso: Tesouro - Estadual e Federal.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado em até 30 dias, após emissão de nota fiscal/documento equivalente, que deverá conter o número da licitação.

2. As notas fiscais/documento equivalente deverão ser encaminhadas para o e-mail nfecompras@itapui.sp.gov.br

3. Será considerado atraso no pagamento, se decorrido 2 (dois) meses, contados da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o licitante vencedor não tenha concorrido de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a atualização monetária se dará pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apurado dos últimos 12 meses.

5. O disposto no item 3, não se aplica em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha assegurado à contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RETENÇÕES

1. A Administração Pública Municipal do Município de Itapuí, Estado de São Paulo, está obrigada a reter e recolher ao Tesouro Municipal o Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas físicas ou jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, com base nas alíquotas previstas no Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, especificamente a coluna “IR (02)”, devendo também observar o disposto no Decreto Municipal nº 2988/23 e na IN RFB nº 1.234/2012.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE RESPOSTA A PEDIDOS DE REPACKTUAÇÃO DE PREÇOS E RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1. Nos termos do 92, inciso X da Lei nº 14.133/21, fica estabelecido que, caso a contratada solicite repactuação de preços, a contratante deverá responder ao pedido no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis a partir da data de recebimento formal do pedido.
2. Da mesma forma, de acordo com o 92, inciso XI da referida legislação, se houver requerimento para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato/ata, a contratante deverá proferir resposta dentro do prazo de 30 (trinta) dias úteis contados a partir da data de recebimento formal do pedido.
3. A contagem do prazo previsto nesta cláusula iniciará a partir da data de recebimento formal do pedido, devidamente protocolado e acompanhado de toda a documentação necessária para análise e deliberação.
4. Caso a documentação apresentada pela contratada esteja incompleta ou insatisfatória para análise do pedido de repactuação de preços ou restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, a contratante notificará formalmente a contratada, solicitando a complementação da documentação faltante.
5. O prazo estabelecido nesta cláusula será interrompido durante o período em que a contratada estiver providenciando a complementação da documentação, reiniciando-se a contagem dos 30 (trinta) dias a partir da data de recebimento da documentação complementar pela contratante.
6. Os prazos estabelecidos nesta cláusula poderão ser alterados mediante acordo por escrito entre as partes contratantes, observadas as disposições legais pertinentes.
7. Quaisquer comunicações ou notificações relacionadas aos pedidos de repactuação de preços ou restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverão ser realizadas por escrito e enviados para o email: licitacao@itapui.sp.gov.br, entregues pessoalmente ou enviadas por meio de correio registrado, com aviso de recebimento, ou por qualquer outro meio que assegure a comprovação do recebimento.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS E DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:
 - a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - b) não retirar Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado; e,
 - d) sofrer sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
2. O cancelamento de registro nas hipóteses prevista no item 1, será formalizado por despacho do Administração, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
3. O cancelamento do registro poderá também por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados por:
 - a) razões de interesse público; e,
 - b) a pedido do fornecedor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

4. O detentor do registro será responsabilizado administrativamente se cometer as seguintes infrações, assegurado o contraditório/ampla defesa:

- a) dar causa à inexecução parcial da ata;
- b) dar causa à inexecução parcial da ata que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total da ata;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- f) apresentar declaração ou documentação falsa exigida;
- g) fraudar ou praticar ato fraudulento na execução;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

5. Caso cometa alguma infração, poderá ser aplicada ao responsável as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa, de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do preço registrado em caso de inadimplência total ou parcial do Contrato
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle; e,

7. O atraso injustificado para executar o objeto contratual, ensejará em multa de mora de 1% do valor contratual por dia.

8. As penalidades acima mencionadas não excluem quaisquer outras previstas em Lei, nem o direito que assiste o Município de ressarcir-se das perdas e danos que vier a sofrer.

9. Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Itapuí o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

9.1. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

9.2. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade superior indicará expressamente os atos a que ela se estende.

9.3. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

9.4. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

9.5. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

9.6. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

9.7. A autoridade superior para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Itapuí.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES

1. Do detentor do registro:

- a) cumprir todo o disposto no edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços; – Responder civil e administrativamente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento da Ata venha diretamente ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados ao Município, a terceiros, bem como ao Patrimônio Público;
- b) arcar com todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes do cumprimento da Ata, bem como, o Município se isenta de qualquer vínculo empregatício;
- c) manter durante a vigência da Ata todas as condições exigidas no edital;
- d) caso do detentor do registro seja microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo, deverá solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios; e,
- e) se compromete a não compartilhar informações obtidas direta ou indiretamente dentro do exercício de suas atividades com o Município, e obriga-se a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados.

1.1. A qualidade dos produtos será de inteira responsabilidade do detentor da Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

1. A CONTRATADA se compromete a adotar as melhores práticas para respeitar a legislação vigente e/ou que venha a entrar em vigor sobre proteção de dados, inclusive na forma da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

2. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

3. A CONTRATADA se obriga a manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais coletados em razão da execução do objeto deste contrato, garantindo sua proteção contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

4. A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias do MUNICÍPIO DE ITAPUÍ e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO DE ITAPUÍ, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

5. A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição ao MUNICÍPIO DE ITAPUÍ, mediante solicitação.

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do MUNICÍPIO DE ITAPUÍ, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

6. A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito do MUNICÍPIO DE ITAPUÍ ou do titular dos dados, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso autorizada a transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

7. A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

8. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato ao MUNICÍPIO DE ITAPUÍ a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA deverá colaborar, inclusive, com eventual comunicação de ocorrência de incidente de segurança à Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

9. Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo MUNICÍPIO DE ITAPUÍ e, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, eliminará os respectivos dados pessoais de seu banco de dados, inclusive todas as cópias porventura existentes (seja em formato físico ou digital), ressalvadas as hipóteses do artigo 16 da LGPD.

10. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir integralmente a responsabilidade pelo pagamento de perdas e danos de ordem patrimonial, moral, individual ou coletivo, incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional, decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pelo MUNICÍPIO DE ITAPUÍ para as finalidades pretendidas neste contrato ou em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo MUNICÍPIO DE ITAPUÍ.

11. Todas as obrigações relativas à proteção de dados pessoais, inclusive sigilo e confidencialidade, permanecerão em vigor mesmo após o término de vigência do presente contrato.

12. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e consequente sanção, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. O **MUNICÍPIO** não se obriga a utilizar a presente Ata de Registro de Preços, se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições.

Parágrafo primeiro: Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela aplicação de normas pertinentes às Licitações e Contratos, Lei Federal nº 14.133/21 e alterações, decreto municipal nº 2875/23 disponível em: https://www.itapui.sp.gov.br/portal/leis_decretos/1703/ bem como pelas disposições do edital e segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

Parágrafo segundo: O presente Contrato está vinculado ao Edital 024/2025 seus anexos, à proposta da **CONTRATADA** e à Lei 14.133/21.

Parágrafo terceiro: A **CONTRATADA** obriga-se a cumprir, durante toda a execução do contrato/ata, as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

Parágrafo quarto: A **CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato a compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação.

1. Correrão por conta e risco da **CONTRATADA** todas as despesas e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
2. A Administração recusará todo e qualquer serviço/produto que não atender às especificações, ou sejam considerados inadequados pela fiscalização.
3. A contratada responderá pelos danos que causar à Administração ou a terceiros na execução do objeto contratado, isentando o Município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

Parágrafo quinto: A Contratada concorda que todas as comunicações, notificações e decisões da Administração, realizadas por meio do endereço eletrônico da Contratada, a ser fornecido no ato da assinatura do do instrumento contratual, serão consideradas válidas e eficazes, independentemente de sua ciência ou manifestação expressa.

A existência de preços registrados não obriga o **MUNICÍPIO** a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado a **DETENTORA DA ATA** a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Parágrafo sexto: A **DETENTORA DA ATA** obriga-se a manter, durante toda a execução da Ata em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

Parágrafo sétimo: Fica eleito o foro da Comarca de Jaú como competente para dirimir as controvérsias advindas do cumprimento da presente licitação.

Itapuí, _____ de _____ de 2025.

MUNICÍPIO DE ITAPUÍ
Maria Clelia Viaro Pichelli - Prefeita Municipal

CONTRATADA
Representante Legal

Testemunha 1: _____ Testemunha 2: _____

Fiscais e Gestores desta Ata de Registro de Preços



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

CONTRATANTE:
CONTRATADO:
CONTRATO Nº (DE ORIGEM):
OBJETO:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE :

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

(*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

ANEXO IV – DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025 - PROCESSO Nº 068/2025

....., (nome da empresa) com sede na,
(endereço) inscrita no CNPJ sob o nº, vem através de seu representante legal
infra-assinado, com fundamento no artigo 3º e seus parágrafos da Lei Complementar nº 123 e
alterações, manifestar a sua **opção pelo tratamento diferenciado e favorecido**, estando apta a
usufruir do tratamento ali previsto.

DECLARA, ser:

☐ **Microempresa** e não haver nenhum dos impedimentos previstos nos
incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

☐ **Empresa de pequeno porte** e não haver nenhum dos impedimentos
previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

☐ **Equiparada**, e não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos
do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

Declaramos ainda sob as penas da lei, que:

No ano-calendário de realização da presente licitação, ainda não
celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita
bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme
disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

Estamos cientes de que a obtenção dos benefícios previstos na Lei Geral
das Micro e Pequenas Empresas (LC nº 123/2006) está condicionada à observância do limite de
receita bruta anual previsto no art. 3º da referida lei;

Em caso de falsidade das informações prestadas nesta declaração,
estamos cientes de que seremos desclassificados da presente licitação e sujeitos às penalidades
previstas em lei.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante legal
CPF nº



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

ANEXO V – DECLARAÇÕES DIVERSAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025 - PROCESSO Nº 068/2025

A empresa _____, com sede na _____,
n.º _____, C.N.P.J. nº _____, por intermédio de seu representante legal _____,
vem por meio desta DECLARAR que:

- a) nos termos do art. 7º, XXXIII da Constituição, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, sob pena de desclassificação;
- c) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- d) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
- e) de não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;
- f) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

(Localidade), _____ de _____ de 20XX.

(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

nº do RG e do CPF



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025 - PROCESSO Nº 068/2025

1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
4. Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA/DETENTORA DA ATA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação.
5. A LICITANTE/CONTRATADA/DETENTORA DA ATA, declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.
6. A LICITANTE/CONTRATADA/DETENTORA DA ATA, fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48º da LGPD.

Local, XX de XXXXXXXXXXXX de 20XX.

Assinatura do Representante Legal da Licitante



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

ANEXO VII - DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU PARENTESCO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025 - PROCESSO Nº 068/2025

A Empresa _____, CNPJ nº _____, situada na no endereço _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no Artigo 7º, III da Lei 14.133/2021, que:

. Sócios ou proprietários da empresa, na condição de licitantes ou contratados da administração não incorrem em descumprimento do impedimento disposto no art. 10, III, § 1º e 2º, não são conjugue ou companheiro de agentes públicos ou com eles tenha vínculo de parentesco colateral ou por afinidade, até o 3º grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou cível, que possa, pela condição de parentesco ou recorrente contratação, evidenciar significativa probabilidade de novos contratos; ou ainda, de agente público que tenha atuado em processo de contratação cujo objeto seja do mesmo ramo de atividade em que atue o licitante vencedor ou contratado habitual com o qual haja o relacionamento.

. Sócios ou proprietários da empresa, não incorrem na vedação disposta no art. 75, § 1º e 2º, não realizaram subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

. Sócios ou proprietários da empresa, não incorrem na vedação disposta no art. 16, I, 'a' e II e 64, I e II da Lei Orgânica do Município de Itapuí, não são e não mantém em seu quadro cargo, função ou emprego remunerado, incluindo os que sejam demissíveis 'ad nutum', de vereadores, Prefeito ou Vice-Prefeito, diplomados e em exercício do mandato.

. Está ciente da responsabilidade legal decorrente da falsidade desta declaração, sujeitando-se às sanções previstas em lei caso as informações fornecidas sejam posteriormente comprovadas como inverídicas. Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local, XX de XXXXXXXXXXXX de 20XX.

Assinatura do Representante Legal da Licitante